

MARIA TEREZA RODRIGUES ORTEGA

# NO TOPO DA CIDADE TEM UM GALPÃO

Proposta de um Centro Cultural na cidade de Parapuã-SP

---



Maria Tereza Rodrigues Ortega

Monografia apresentada ao Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Presidente Prudente.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Cristina Maria Perissinotto Baron  
Co-orientadora: Prof. Me. Aline Alves Anhesim

Presidente Prudente, 2018.

# NO TOPO DA CIDADE TEM UM GALPÃO

Proposta de um Centro Cultural na cidade de Parapuã-SP

---

Dedico este trabalho e todas as minhas conquistas às minhas saudades diárias, meus avós, Florêncio, Tereza, João e Maria, e ao meu exemplo de amor e carinho, Bruno. *(in memoriam)*.

## AGRADECIMENTOS

---

Agradeço primeiramente a Deus e as suas formas e representações de bondade e caridade.

À minha amada mãe, por todo amor, paciência e esforço para que eu pudesse estar aqui.

Ao meu pai, por incentivar a buscar meus sonhos.

À minha tia Josefa, pelo exemplo de dedicação, fé e amor.

Aos familiares e amigos, pelo apoio e incentivo.

Às melhores companhias nestes 5 anos, Aline e Tamires. Obrigada pela paciência, aventuras, risadas e, principalmente, pelos cafés.

À minha orientadora e co-orientadora, Cristina e Aline, pela dedicação.

Assim como tu não sabes qual o caminho do vento,  
nem como se formam os ossos no ventre da que  
está grávida, assim também não sabes as obras de  
Deus, que faz todas as coisas. (*Eclesiastes 11:5*)

## RESUMO

---

O presente trabalho consiste em designar um novo uso para o Centro de Distribuição, memória do patrimônio industrial, que está presente na cidade de Parapuã- SP, sendo construído quase 10 anos após a formação do município, no ano de 1945. A relação entre cidade e espaço cultural promove a inclusão do espaço arquitetônico histórico, resgatando a memória popular. Desta forma, visa apresentar a importância do patrimônio histórico, principalmente o patrimônio industrial. A proposta de um Centro Cultural visa atrair a sociedade para manter a cultura viva e presente, e com isso foi elaborado um estudo teórico sobre o tema. O trabalho servirá também como referência para a população, pois, pouco se sabe sobre a importância da preservação de um patrimônio, bem como os usos que podem receber e como isso pode auxiliar no processo cognitivo de cada um.

**Palavras-chave:**

1. Patrimônio industrial
2. Revitalização
3. Cultura
4. Centro Cultural

# índice

<b>1 . apresentação</b>	12
. introdução	14
. objetivos	16
<b>2 . introdução teórica</b>	19
. origens	20
. no Brasil	27
. o que é cultura	32
. cultura e lazer	36
. centro cultural	39
<b>3 . recorte espacial</b>	45
. a cidade	46
. a cooperativa Casul	56
. equipamentos	62
. área de estudo	68
. o galpão	73
<b>4 . referências projetuais</b>	83
. SESC Pompéia	84
. Centro Cultural Matara- zzo	87
<b>5 . projeto</b>	93
. preservação e adapta- ção do edifício	94
. proposta projetual	96
. o projeto	100
<b>anexos</b>	113
<b>referências bibliográficas</b>	126

**1 . apresentação**

## introdução

O presente trabalho aborda a proposta de implantação de um Centro Cultural em um edifício industrial, cujo valor histórico é importante, tendo em vista a sua implantação no início da formação da cidade.

A cultura e a memória são importantes, pois a memória é a valorização da cultura e sua transmissão para o futuro através de sua preservação. Por este motivo é importante a salvaguarda de um patrimônio, principalmente por estar ligado ao acesso da memória coletiva e história da sociedade e da cidade.

Somekh (2015, p.9) aborda acerca da importância da participação dos cidadãos, “saber preservar e identificar a história das cidades é um esforço coletivo que depende da participação dos cidadãos, mas deve ser coordenada pelo poder público”, em outras palavras, para a conservação dos edifícios históricos é essencial a participação da sociedade.

A cidade carece de ambientes culturais que possibilitem a interação entre a população e suas diferenças, sendo assim, propor um centro cultural vai muito além de dar um uso comum na sociedade, principalmente quando se trata de intervir em um patrimônio arquite-

tônico. A proposta foi baseada na necessidade dos indivíduos, incentivando a cultura, proporcionando direitos iguais, independente da faixa etária, classe social, raça e religião.

Realizar um projeto em uma edificação antiga é de tamanha responsabilidade, pois, por menos valorizado que o local seja ele é valioso pela história que conta, no caso, por acompanhar a evolução da cidade de Parapuã. O tempo tem sido generoso, o local se mantém conservado, mas permitir um novo uso dará ao local uma nova oportunidade e história. Não mais será o local da cooperativa, mas será o lugar do povo e para o povo. Local de brincar, de aprender, de estudar e de conviver, que permitirá uma coletividade entre as diversas áreas do saber, assim como uma horizontalidade entre os participantes, sem que haja uma hierarquia.



## objetivos

### geral

O objetivo do trabalho é realizar um projeto de intervenção em um antigo armazém industrial, localizado na cidade de Parapuã-SP, preservando-o de forma a manter seus traços da época industrial. Manter a forma física e, conseqüentemente, lhe agregar um novo uso. Visa a abordagem teórica sobre a preservação do patrimônio industrial na contemporaneidade, o estudo de viabilidade da implantação de um uso adequado a necessidade do município.

Sendo assim, esta futura intervenção no edifício proporcionará um novo equipamento de base cultural dentro da área de intervenção, de forma a garantir à população de Parapuã um espaço voltado aos seus interesses.

Por ser um edifício já existente, deve-se dar atenção as reais condições físicas, estruturais e histórica, através de estudos e análises de forma a não desintegrar sua relação com um passado que fora importante também para o desenvolvimento da economia local.

Por fim, para se chegar ao projeto final, será necessário partir da área através de levantamentos, estudos e análises, até resultar em um programa que melhor se adeque ao ambiente e que possa ser im-

plantado, garantindo sua valorização arquitetônica e, principalmente, ressaltando seu valor histórico.

### específicos

[1] implantar um local com atividades culturais na cidade de Parapuã- SP;

[3] adequar o edifício para receber maior ventilação e iluminação natural, garantindo um melhor conforto térmico, respeitando a relação edifício-cidade;

[4] a intervenção deverá ser coerente com as diretrizes de conservação e restauro, sem criar falsificações artísticas e históricas, atendendo-se para a distinguibilidade entre os materiais do antigo e do novo.

## **2.** introdução teórica

## origens do patrimônio industrial

A palavra patrimônio é o conjunto de bens herdados e que pelo seu reconhecimento é passado para gerações futuras. Sendo assim, patrimônio histórico é o valor recebido no âmbito da construção e das artes, sendo elementos físicos que contam a história e fazem parte da cultura de uma determinada sociedade em um dado momento. (INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES, 1989 apud Costa, 2005, p. 20).

A discussão sobre os remanescentes do passado, como um bem cultural de interesse para o presente e salvaguarda para o futuro, tem origens longínquas, assumindo maior consistência a partir do Renascimento e ganha forma de um projeto cultural a partir da segunda metade do século XVIII.

Entre meados do século XVIII e início do século XIX, a atitude com relação aos objetos preexistentes nas cidades é repensada por várias razões. Sendo elas as profundas mudanças nas cidades, com demanda de adequação às quais as cidades não conseguiam atender, tomadas, posteriormente, pela destruição e descaracterização de paisagens decorrentes da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, impulsionada pela vontade de se apagar os registros do passado monarquista francês.

Atualmente, no Brasil, os estudos no campo se têm multiplicado ao longo dos anos, mas nem sempre foi assim. A falta de interesse pelo tema por parte de autoridades públicas ou privadas, se dá pela escassez tanto normativas, como por planos de ações que demonstrem a importância do Patrimônio Industrial para a memória do país. Isto se deve, principalmente, pela falta de uma cultura ligada ao patrimônio, que internacionalmente é considerada como fator de identidade e possuidor de valores culturais, testemunho vivo da história e do desenvolvimento econômico de uma sociedade. (TICCIH, 2003).

O tema deve ser considerado como prioridade por entes responsáveis pelo planejamento urbano das cidades, pois a falta de atuação e a total falta de uma ação de salvaguarda e proteção no Patrimônio Industrial, muitas vezes resulta na sua deterioração pela ação do tempo, e não apenas isso, mas afeta a cultura, a imagem de uma cidade e, principalmente, a memória das pessoas.

Por isso, dentro da temática correspondente ao Patrimônio, o Industrial é o que melhor permite compreender os processos históricos de uma cultura produtiva, pois a indústria é considerada fonte de ações positivas e negativas dentro do ambiente urbano, mas é autenticamente protagonista das transformações ocorridas nas cidades.

Muitas áreas industriais, que antes formavam importantes zonas de expansão para o desenvolvimento econômico de uma cidade,

hoje se encontram descontextualizadas dentro da malha urbana, e já não parecem mais pertencer ao local, estando muitas vezes, deterioradas, abandonadas ou em estado de ruínas.

No final do século XX, a necessidade de revitalizar os espaços industriais é evidenciado, e busca-se associar a funcionalidade dos elementos das estruturas existentes com uma intervenção contemporânea, de forma que a reabilitação do Patrimônio Industrial permita a aplicação de novos usos que se adapta as demandas da sociedade, otimizando os recursos e potencializando a utilização, mantendo viva a memória industrial.

A The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), importante organização criada em 1978, tem como objetivo realizar reuniões científicas ligadas ao tema do Patrimônio Industrial. Durante o congresso internacional realizado em 2003 pelo TICCIH, na Rússia, a Carta de Nizhny Tagil foi redigida e aprovada, como a primeira carta dedicada ao Patrimônio Industrial, evidenciando a importância da herança da industrialização, e sobre a sua preservação, evidencia a Carta de Veneza e a Carta de Burra.

De forma simples, patrimônio industrial diz respeito aos processos e atividades que tem por finalidade a produção, também os espaços construídos para esta finalidade e o conjunto integral dos espaços industriais. Existe, porém, duas formas distintas de analisar

o estudo industrial, e são encontradas as definições para ambas, na Carta de Nizhny Tagil de 2003:

*O patrimônio industrial* compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

*A arqueologia industrial* é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas<sup>2</sup>, criadas para ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial.

A primeira expressão, denominada arqueologia industrial, como já definida anteriormente, estuda e analisa as formas de indus-

rialização e quando esses objetos são tidos como bem cultural, o estudo da sua preservação. O termo patrimônio industrial é designado ao objeto identificado por estudos antecedentes e multidisciplinares, cujo interesse é sua preservação. Essa diferença entre os termos é importante, principalmente, por serem muito utilizadas como sinônimos. (KUHL, 2008).

Em 1960 medidas relacionadas à definição de arqueologia industrial como ciência de proteção dos monumentos industriais começou a tomar forma. Cabe ressaltar que estas medidas não foram discutidas em âmbitos internacionais oficiais, como os que geravam as Cartas Patrimoniais, tem-se por isso então, em como a aceitação do patrimônio industrial como monumento histórico foi tardio. (VICHNEWSKI, 2004).

A classificação dos artefatos encontrados deve ser feita levando em consideração além de estruturas arquitetônicas, a paisagem, as relações sociais, de trabalho, de produção e os meios de vida, que juntos formaram a documentação histórica suficiente para destinar o futuro do objeto, ou seja, sua preservação ou não. (VICHNEWSKI, 2004). Ao se tratar de arquitetura vale ressaltar que não somente os edifícios relacionados a produção são considerados industriais, mas todo o complexo que juntos, formam um conjunto industrial. (KUHL, 2008).

[...] a preservação, quer se queira ou não, é processo seletivo, seja através de escolhas conscienciosas e legitimadas através dos instrumentos oferecidos pelas humanidades, seja por ausência de ação proposicional de tutela, que resulta na destruição ou sobrevivência aleatória dos bens, que será, assim, ditada, em geral, por questões econômicas. [...] os critérios variarão com o tempo e um dado presente histórico deverá prestar contas para as gerações futuras por seu zelo ou negligência em relação a esses bens e o modo como se operou essa seleção; daí a necessidade de agir de modo embasado nos instrumentos cognitivos que um dado presente histórico possui. Todo o processo deveria, ainda, ser resultado de um programa amplo sobre tutela de bens culturais (e também naturais) como um todo e fruto de ações conscientes da sociedade. (KUHL, 2008, p. 46).

A justificação da salvaguarda e, em alguns casos, a reutilização de certas estruturas industriais devem fundamentar-se em diversos critérios, como os princípios enunciados no início do presente século, sendo eles: o valor artístico, histórico e de uso.

O valor artístico deve voltar a atenção à evolução da arquitetura industrial: a harmonia das construções, à escala humana, madeira e/ou pedra, características do período da revolução industrial; edifícios em tijolo, energia a vapor, e o próprio aproveitamento estético do

material empregado; a arquitetura do ferro no fim do século passado, a associação do ferro com o vidro, iluminação natural; e por fim, já no século XX a divulgação do betão, que permitiu uma maior diversidade. (MENDES, 2000).

Do ponto de vista histórico, é importante ter em mente que as instalações são, além de monumentos, também documentos de um passado que deve ser passado com a sua autenticidade para as futuras gerações. Em outras palavras, essas estruturas industriais transmitem informações diversas, independente do seu valor estético. (MENDES, 2000).

Por fim, ao se tratar do valor de uso, é importante ter em mente as reais necessidades da comunidade, e concomitantemente, procurar que ela apoie e auxilie nos projetos de preservação e requalificação que serão desenvolvidos. É importante deixar claro que não existem soluções pré-estabelecidas, pois estas devem ser pensadas em cada ambiente, levando em consideração as carências e condições.

Sendo assim, as instalações podem receber funções distintas da que possuía e, no caso do presente estudo, em um centro de cultura e um espaço destinado ao comércio artístico, como ateliês, oficinas, entre outros.

## patrimônio industrial no Brasil

No período entre os anos de 1960 e 1980 o Brasil passou por grandes mudanças, principalmente nas metrópoles, com um crescimento populacional e intervenções na estrutura urbana, pelo fato das demandas econômicas e sociais terem aumentado. A obsolescência da infraestrutura industrial diante dos novos padrões urbanísticos e tecnológicos geraram a quase escassez dessas estruturas antigas, como a desativação da estrutura ferroviária, que fora substituída pela rodoviária. (SCHICCHI, 2005).

A preservação do patrimônio industrial no Brasil ainda é embrionária pela falta de reconhecimento dos bens patrimoniais, considerados muitas vezes alvo da especulação imobiliária. (KUHL, 2008). Antes da década de 1970, ano da chegada da disciplina arqueologia industrial no país, já ocorriam estudos e investigações sobre o patrimônio industrial. Foi em Iperó, região de Sorocaba, Estado de São Paulo que ocorreu a primeira preservação e restauro de uma fábrica, no ano de 1964, tombado pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atualmente reconhecido como IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o primeiro complexo de exploração e fabricação de ferro no Brasil, conhecida como Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema (Figura 01). (KUHL, 2009).

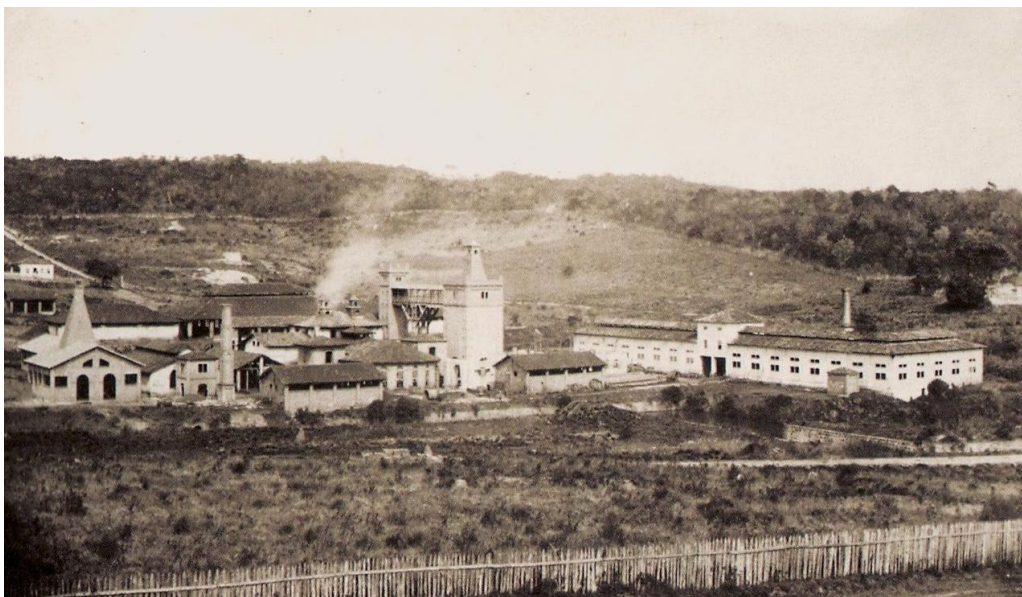


FIGURA 01 - Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, 1884. FONTE: Júlio Durski.

A partir de então, foram realizados estudos e conservação do patrimônio industrial brasileiro, mas que se mostra insuficiente perto da grande herança industrial presente no país. Por outro lado, a arqueologia industrial e o patrimônio industrial vêm ganhando destaque em âmbito acadêmico, cultural e político, o que contribui para o crescimento da preservação e compreensão desses bens e da cultura envolvida.

Os bens que representam a arquitetura industrial, no que diz respeito principalmente no período inicial, são marcados pela mudança de estilos e materiais. Alguns são marcados, segundo Kuhl (2009, p. 3), “pela sua escala, pelo cuidado na composição, pela introdução e consolidação de variados tipos arquitetônicos e pelo uso de novas técnicas e materiais construtivos”. O exemplo tem-se a alvenaria de tijolo e materiais industrializados, como o ferro, até modelos mais recentes que utilizam como material o concreto armado.

A preservação do patrimônio cultural, “antes vista como a constituição de um conjunto simbólico de representações da nação, e hoje percebida como a ação de constituir um conjunto representativo da multiplicidade de memórias presentes na sociedade” (RODRIGUES, 2010, p. 33), permitiu o acesso à cultura um direito previsto na Constituição Brasileira de 1988 como um dever do Estado.

Em São Paulo, a proteção do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) ao patrimônio industrial se deu no ano de 1974, onde se realizou o tombamento das ruínas do Engenho dos Erasmos (Figura 02) e do Engenho do Rio Quilombo e da Estação de Bananal (Figura 03). Na década de 1980, outras dez estações ferroviárias foram tombadas. (RODRIGUES, 2010).



FIGURA 02 - Engenho dos Erasmos. FONTE: Revista USP, 1999.



FIGURA 03 - Estação de Bananal. FONTE: Turismo Vale do Café, 2010.

Os valores da sociedade residem na capacidade humana de escolher, e não somente nos objetos em si, mas também nos valores que a justificativa dos tombamentos deve ser buscada. Esses valores incorporam nas relações cotidianas e, nos bens que o poder público reconhece como patrimônio. Segundo Rodrigues (2010, p. 34) “nos bens tombados estão presentes os valores cognitivos, que incluem todas as formas de repasse de saberes e informação; os formais, os afetivos, os éticos e os pragmáticos”.

Sendo assim, os dados citados demonstram o reconhecimento do poder público quanto a esses bens do processo de industrialização do estado de São Paulo, com crescentes tombamentos. Porém, é de se saber que os órgãos de proteção não buscam prevenir a destruição e à obsolescência das estruturas, havendo um esvaziamento de maquinários, pela falta documental da organização que se dava internamente. (RODRIGUES, 2010).

De fato, ainda inexistente uma formulação teórica aprofundada sobre a temática voltada à realidade brasileira, bem como uma carta de princípios nacional, cuja intenção seria a de integrar os preceitos da Carta de Veneza às ações práticas capazes de garantir uma intervenção no bem, tido como patrimônio industrial, de forma consciente. A necessidade de torna-la adequada e atual, é pelo crescente acervo de interesse cultural a ser preservado, com números cada vez maiores



e com maior diversidade arquitetônica.

## o que é cultura

Cultura é palavra de origem latina e em seu significado original está ligada às atividades agrícolas. Vem do verbo latino colere, que quer dizer cultivar. Pensadores romanos antigos ampliaram esse significado e a usaram para se referir ao refinamento pessoal, e isso está presente na expressão cultura da alma. Como sinônimo de refinamento, sofisticação pessoal, educação elaborada de uma pessoa, cultura foi usada constantemente desde então e é até hoje. (SANTOS, p. 27, 2006).

Para Santos (2006), a cultura é um conjunto de características que de alguma forma contribuiu para as relações e perspectivas futuras de determinado grupo, e como estas foram conduzidas ao longo do tempo. Esta é uma questão muito estudada na atualidade, pois sabe-se que muitos eram (e ainda são) os conflitos e contatos entre as diversas escalas sociais, como o modo que estas se organizam e se expressam, e a complexidade das características que causam aproximação ou distinção entre os agrupamentos humanos.

A palavra cultura, dentre as vastas definições que possui,

se relaciona com as manifestações culturais (música, teatro, pintura, dança, etc.) como questão mais antiga e, representadas por meios de comunicação de massa (rádio, cinema e televisão), contemporaneamente falando. Encaixa-se aqui também as crenças, festividades tradicionais, culinária, formas de linguagem, de expressão e de apresentação (maneira de se vestir), mas todas se complementam para a formação cultural. (SANTOS, 2006).

Porém, vale ressaltar que as características dentro do meio social e que formam a cultura de uma sociedade são dinâmicas, o que garante uma transformação com o passar do tempo. Sendo assim, é grande o interesse em estudar as culturas e com isso criar um grande histórico que não se extinguirá com o passar do tempo. (SANTOS, 2006).

Nesse sentido, Silva (2006) reconhece um conjunto de práticas, ideais, técnicas e valores por trás da cultura que devem ser passadas às futuras gerações como garantia de sua continuidade e, principalmente, de uma convivência social. É de suma importância a real consciência dessa coletividade. Em outras palavras, as práticas culturais, de certa forma, influenciam no processo cognitivo social e se aproxima muito ao ato de educar.

Conforme cita Le Goff (1990), a memória, ao manter conservada certas informações, contribui para o não esquecimento do passa-

do, proporcionando o resguardo de informações que contribuirão para manter vivo o passado às gerações futuras. O indivíduo torna a sua memória viva ao compartilhar suas experiências, dando a oportunidade de reviver o passado através de trabalhos de síntese de memória.

Segundo Halbwachs (1990), não se cabe definir a memória como um fenômeno particular apenas, esta deve ser também compreendida, como um fenômeno coletivo e social. A memória é construída, segundo Pollak (1992), conscientemente ou não, pois nem tudo, de fato, fica registrado. Através da articulação da seleção individual e das consequências do momento, a memória se constrói.

A partir da vivência cotidiana os elementos de uma dada cultura passam por diversas gerações garantindo a sobrevivência destas pessoas no meio social. Os hábitos e gostos de determinada sociedade são aspectos que, em algum momento, proporcionam a estratificação social, gerando configurações específicas de grupos sociais. Essas diferenças entre grupos ou indivíduos muitas vezes acabam gerando consequências positivas e negativas, como a influência e trocas entre elas ou, ao choque cultural.

Com a aceleração da interação entre os povos, nações e culturas particulares há grande troca de particularidades culturais, que ao se dissiparem formaram características fundamentais entre todos. Tratar de culturas isoladas ou únicas perde a força, e justamente por

esta causa é importante se estudar as disparidades imateriais de cada cultura. (SANTOS, 2006).

Assim, cultura passa a ser entendida como uma dimensão da realidade social, a dimensão não material, uma dimensão totalizadora, pois entrecorta os vários aspectos dessa realidade. Ou seja, em vez de se falar em cultura como a totalidade de características, fala-se agora em cultura como a totalidade de uma dimensão da sociedade. Essa dimensão é a do conhecimento num sentido ampliado, é todo conhecimento que uma sociedade tem sobre si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre a própria existência. Cultura inclui ainda as maneiras como esse conhecimento é expresso por uma sociedade, como é o caso de sua arte, religião, esportes e jogos, tecnologia, ciência, política. (SANTOS, p. 41, 2006).

Como demonstra em seu texto, Santos (2006) revela como os meios simbólicos pelos quais uma sociedade se expressa são importantes para a realização do estudo cultural desta, pois através desse simbolismo a experiência acumulada é transmitida e transformada. Cabe ressaltar que é importante não focar o entendimento de cultura somente pelo estudo simbólico, pois está relacionada com o conhecimento e como este pode ser um agente de mudança social, direcio-

nando para melhores caminhos. (SANTOS, 2006).

Em outras palavras, a cultura é a caracterização da população humana e saber qual o sentido que uma realidade cultural tem sobre um indivíduo é um questionamento de suma importância. O estudo sobre este tema é relevante, pois, este pode combater ações que possam prejudicar o convívio entre grupos – por exemplo, o preconceito – e gera um alto nível de respeito e aceitação de outros modos sociais que são distintos do individual. (SANTOS, 2006).

Para Santos (2006) a forma de concepção básica de cultura pode ser dividida em dois momentos, o mais antigo que tem por base uma cultura erudita, de maior acesso ao conhecimento e refinamento representado pela sociedade de classes, e a outra que surge a partir do século XIX, formadora da totalidade, ou seja, dos vários grupos, povos, nações e sociedades e suas formas de se expressarem.

## cultura e lazer

A definição de lazer é relatada por Dumazedier (1979 apud ALMEIDA; GUTIERREZ, 2004) onde se define como um aglomerado de ações capazes de gerar bem-estar, como a diversão, recreação e entretenimento como formas que de certa forma agregaram para

um desenvolvimento pessoal. Para outros autores, como Elias e Dunning (1992) e Gutierrez (2000), o lazer está associado à busca através desses meios pelo prazer, sendo este o gerador da distinguibilidade social.

Almeida e Gutierrez (2004) apontam para um grande fato que é relatado desde as primeiras publicações sobre o lazer. Para os autores, o lazer está intimamente ligado à cultura, tendo em vista que os meios culturais são os geradores das atividades de lazer, como brincadeiras, jogos, e que estas atividades são frutos de uma herança cultural das comunidades ou sociedades.

A cultura de massa se desenvolveu a partir do fim da guerra fria e está atrelada ao desenvolvimento tecnológico que se deu no período, bem como com a segunda revolução industrial e os mecanismos transmissores em massa (televisão, rádio, cinema e fotografia). A arte, que antes se desenvolvia por meio da cultura popular e erudita, se dissipa juntamente com a transformação das sociedades, como cita Almeida e Gutierrez (2004):

*A arte, mais especificamente, que anteriormente se expressava no seio da cultura popular e erudita, agora divulga a rapidez e o consumo da transformação moderna da sociedade urbanizada. A arte é a forma de expressão cultural que nitidamente*

sofreu com os avanços e transformações da sociedade massificada. Os meios de comunicação foram os grandes vilões dos artistas, eles terminam por substituir outras formas de expressão não consumistas, como o museu, o teatro, a música erudita e popular, criando em torno de si a televisão, o cinema e as rádios. (p. 53, 2004).

Os novos meios de expressão impulsionavam ao consumo, acarretando em uma padronização que influencia nos meios de lazer, tendo em vista que é por meio das horas livres que eles ocorrem. Sendo assim, o lazer se transforma com a mecanização tecnológica e o prazer associado à necessidade de consumo, o que consequentemente gera uma mudança cultural. (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2004).

A definição do escopo de cultura na esfera pública passa muitas vezes pela questão de qual seria sua “função” para a sociedade, e são essas funções que justificam as ações que serão implantadas, seja em organizações públicas ou privadas. Dessa forma, em seu sentido antropológico, já descrito anteriormente, essas instituições geram um escopo prático de ações e estratégias em pontos mais específicos. O potencial papel dessas instituições possibilita a ampliação das práticas culturais daqueles que as frequentam, pois agem como mediadoras da disseminação entre o público e os produtos culturais, atuando como forma de combinar valor à educação que, no caso brasileiro, é

limitada. (OLIVEIRA, 2009).

## centro cultural

Os espaços culturais concebem aos seus usuários novas descobertas e ampliação da visão do outro e do mundo, levando conhecimento através de atividades que fomentam a discussão e a criação, por exemplo. Seu objetivo-mor é a expansão do conhecimento local e favorecer a relação entre a comunidade onde está inserido conforme ressalta Neves (2012), e como consequência disso, estimular a integração social.

Para que se tenha uma articulação eficaz entre a relação desses centros com a comunidade, é necessário que este funcione como um espaço cultural e de bem-estar, com um programa de necessidades estabelecido conforme as características sociais, como por exemplo, deixando livre o espaço para a diversidade de grupos, sejam eles formados por tipos de classes ou faixas etárias, garantindo espaços com iluminação e ventilação apropriada, áreas de permanência, exposições, entre outros.

A definição de centro cultural está direcionada para o uso e atividades ao qual se dá para esse ambiente e que muitas vezes pro-

porcionam uma circulação dinâmica cultural graças à diversificação da programação implantada, como por exemplo, biblioteca, oficinas, cinema, apresentações, etc. (NEVES, 2012). Ou seja, os usos desses centros de cultura estão abertos e associados, além das práticas sociais, à leitura dessas na comunidade e a criação de um programa de necessidades que garantirá o acesso a todos.

Para Neves (2012, p. 2), “os centros culturais são instituições criadas com o objetivo de se produzir, elaborar e disseminar práticas culturais e bens simbólicos, obtendo status de local privilegiado para práticas informacionais que são subsídios às ações culturais”. Em outras palavras, um ambiente com capacidade de proporcionar o desenvolvimento pessoal e estimular o senso crítico, a troca de informações, o trabalho em equipe, etc., “[...] evidenciando seus requisitos mais gerais: informar, discutir e criar [...]” (NEVES, 2012, p.2), garantindo uma contribuição ao processo cognitivo e conceitual do usuário.

Através da Tabela 1 é perceptível a importância do papel de cada ação dentro de um programa de cunho cultural, pois é nele onde as pessoas desenvolvem a habilidade do autoconhecimento e de diversas capacidades, como a de argumentar e discutir assuntos diversos. Em outras palavras, não é um local de mera distração, mas sim, um ambiente que desperta o desenvolvimento pessoal e cognitivo.

AÇÃO	CARACTERÍSTICAS	PRÁTICA
<b>Informar</b>	Acesso à informação; Desenvolvimento cidadão; Acervos.	Acervos; Multimídias; Exposições; Cinema.
<b>Discutir</b>	Criação de oportunidades de discussões, reflexões e críticas; Potência da informação.	Seminários; Área de convivência.
<b>Criar</b>	Criação permanente que potencializa as ações anteriores; Gerador das discussões; Hipóteses de transformações; Ideias e propostas.	Laboratórios; Oficinas; Ateliê.

TABELA 1 - Ações que devem compor um Centro Cultural. FONTE: Neves, 2012. Editado pela autora, 2017.

Segundo Neves (2012), a produção de um espaço cultural se da basicamente a partir de quatro formas, sendo elas:

1. Grande construção, onde um edifício é erguido pensado para o uso cultural;
2. Restauração, que se reutiliza de ambientes com valor histórico, adaptando-os para o uso de âmbito cultural;
3. Remendo, com implantação em um ambiente disponível e, quando necessário, a realização de reformas de forma a tornar o local útil;
4. Mistura grossa, por falta de recursos muitas vezes são agregados a outros locais com usos já definidos.

Para Neves (2012), a programação desses locais deve ser definida com base nas três ações mencionadas na Tabela 1 juntamente com as ações descritas a seguir permite entender o objetivo e funcionamento de um centro cultural:

Os centros devem realizar ações que integrem três campos comuns ao trabalho cultural: a criação, visando à estimulação, a produção de bens culturais, por meio de oficinas, cursos e laboratórios, a formação artística e a educação estética; a circulação de bens culturais, pois assim evita-se que os eventos transformem a casa de cultura em espaço de puro

lazer, atuando na formação do público; e a preservação do campo do trabalho cultural, resguardando o bem cultural e a manutenção da memória daquela coletividade. (NEVES, 2012, p. 5).

O ambiente arquitetônico que abrigará as atividades de cunho social deverá, segundo Neves (2012, p. 6) possuir as seguintes características: “possibilidade de vários acessos, democratização dos espaços, integração das diversas atividades através de visuais livres, adequação ambiental nas salas de exposições, integração do público”. Desta forma, garantir um espaço receptivo, permeável, democrático e funcional.

### **3.** recorte espacial

## a cidade

O Município de Parapuã está localizada no Centro-Oeste Paulista, é uma cidade do interior paulista, com uma distância aproximada de 560km da capital do estado de São Paulo (Figura 04), pertencendo a região da Nova Alta Paulista. Possui divisa com as cidades de Bastos, Iacri, Osvaldo Cruz, Rinópolis e Sagres.

Segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui 10.844 habitantes, com estimativa de 11.085 habitantes para o ano de 2016, em aproximadamente 367 km<sup>2</sup> de território.

Segundo dados obtidos no Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, localizado no município de Tupã, no ano de 1923, veio para São Paulo, aos 23 anos, Luiz de Souza Leão, com a ideia em mente de fundar no interior paulistano cidades que fossem construídas no meio da selva, como forma de se proteger das intempéries e que suportassem a passagem de uma estrada de ferro. Em outras palavras, o fundador queria proporcionar uma nova vida as pessoas, em um local convincente com terras férteis, onde pudessem gerar recursos e capitais através das vendas de café, que poderia ser feita com a facilidade do transporte férreo.

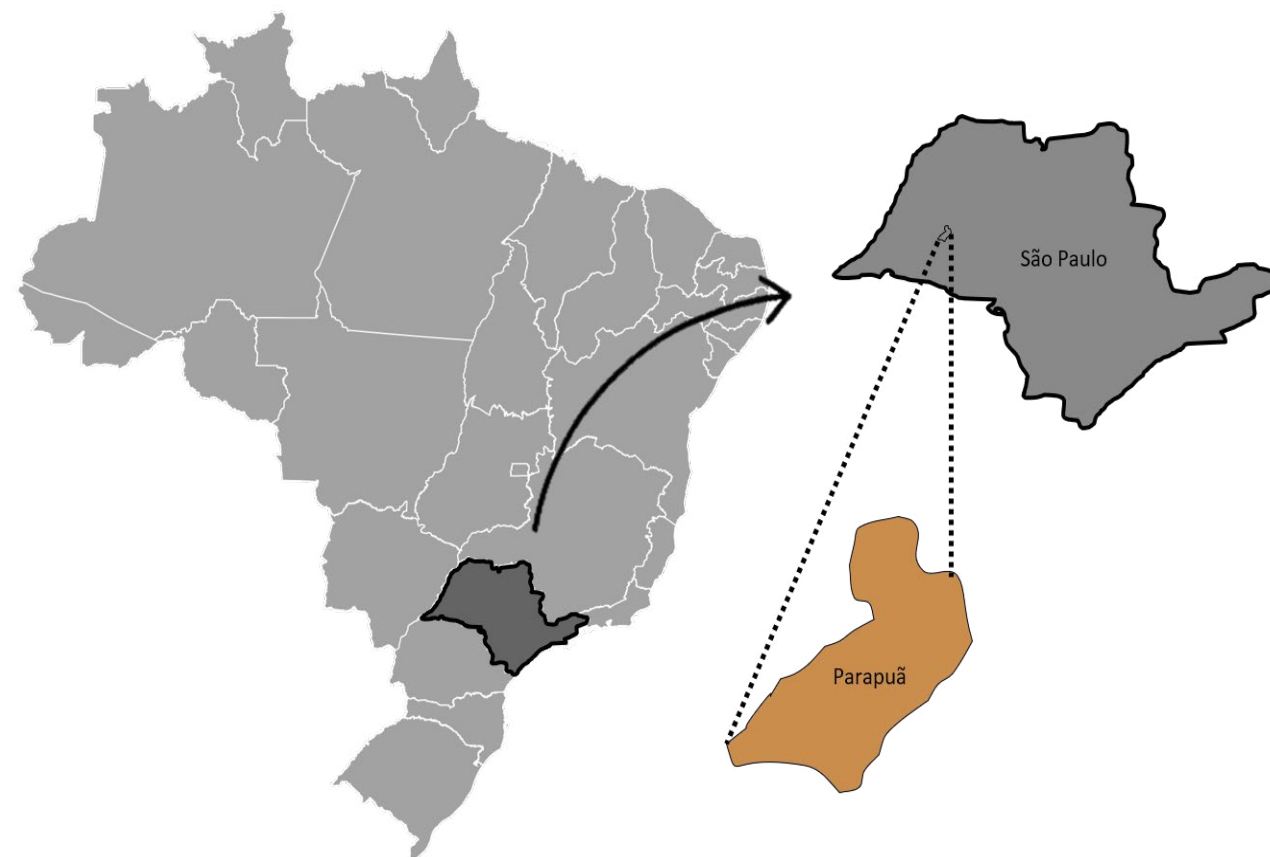


FIGURA 04 - Localização do município.  
FONTE: Clip Art Fest; Editado pela autora,  
2017.





GALPÃO  
PRINCIPAIS ACESSOS



No ano de 1934, Luiz de Souza Leão adquire de Joaquim Abarca 706 alqueires de terra, situadas entre os rios Aguapeí (ou Feio) e o do Peixe, no município conhecido atualmente como Rinópolis (14 km de distância). Uma parte das terras foi loteada para estabelecer um patrimônio que receberia o nome de Canaã, de origem bíblica que tinha como significado terra prometida. (IBGE).

No ano de 1937, com o interesse de empreendedores pelo local, é construído o primeiro hotel do município, situação que complementou o comércio e a agricultura local. Após quatro anos desde a instalação do hotel, no ano de 1941, foi inaugurada pelo fundador Luiz de Souza Leão a Paróquia Imaculada Conceição (Figuras 05 e 06), atual matriz do município.



FIGURA 05 - Paróquia Imaculada Conceição. FONTE: Museu Municipal de Parapuã, 2017.



FIGURA 06 - Paróquia Imaculada Conceição atualmente. FONTE: Acervo pessoal, 2017.

Muitos foram os habitantes que chegaram à cidade trazidos pelo surto cafeeiro da época, o que colaborou para o aumento da economia e da produção. No ano de 1943, ocorre a criação do Distrito de Paz de Canaã, como parte do território do município atualmente conhecido como Tupã. Com pouco mais de um ano, em 1944, ocorre a municipalização do distrito, e este recebe o nome de Parapuã, que significa, segundo Theodoro Sampaio, rio feio e deriva do tupi “pará-poan”. (IBGE). Sendo assim, no ano seguinte ao de sua municipalização, em 1945, assume Rafael Afonso de Campos o cargo de prefeito da cidade, onde manteve seu mandato até março de 1947, segundo

consta no site Memorial de Parapuã.

A economia da cidade se deu, principalmente, pela agropecuária tendo em grande maioria a produção do café, a cana-de-açúcar, o amendoim e o gado. Na década de 70 a cidade possuía uma grande quantidade de cafeeiros, garantindo-lhe o título de “Capital do Café”. Mas em 1975 ocorreu uma forte geada que arruinou parte das lavouras, o que levou os cafeicultores a investirem na cana-de-açúcar. (Prefeitura Municipal, 2017).

Com a propagação do cultivo do café na região é instalada na cidade a linha férrea e a estação ferroviária, no ano de 1949. Com a instalação da linha, a cidade começou a crescer e em 1956 é instalado o primeiro cinema do município, com capacidade para 752 lugares (Figura 07), porém, o edifício onde este funcionava foi vendido e o motivo que derivou a ação não foi encontrado em nenhum arquivo histórico. No ano de 1984, no local onde antes funcionava o cinema foi inaugurado o “Supermercado Casul”, pertencente a cooperativa de mesmo nome. (CASUL).

Como já citado anteriormente, a construção do prédio da estação ferroviária foi no ano de 1949, no chamado tronco oeste da Paulista, ramal este que partia de Itirapina com destino ao rio Paraná, que fora construído em 1941 para ratificar as linhas de três ramais já existentes: o de Jaú, de Agudos e de Bauru.



FIGURA 07 - Antigo Cinema de Parapuã.  
FONTE: Museu Municipal de Parapuã,  
2017.

A partir desse ano, a linha, que chegava somente até Tupã, foi prolongada progressivamente até Panorama, na beira do rio Paraná, onde chegou em 1962. A substituição da bitola métrica pela larga também foi feita progressivamente, bem como a eletrificação da linha, que alcançou seu ponto máximo em 1952, em Cabrália Paulista. Em 1976, já com a linha sob administração da FEPASA, o trecho entre Bauru e Garça que passava pelo sul da serra das Esmeraldas, foi retificado, suprimindo-se uma série de estações e deixando-se a eletrificação até Bauru somente. Trens de passageiros, a partir de novembro de 1998 operados pela Ferrobán, seguiram trafegando pela linha precariamente até 15 de março de 2001, quando foram suprimidos. (GIESBRÉCHT, 2012).

No ano de 2008 a estação ferroviária era ocupada por uma família e as condições de instalações eram precárias (Figura 8), no ano seguinte, em 2009, a estrutura que então sobrevivia a ação do tempo foi parcialmente incendiada e o motivo não foi divulgado. Diante da situação, a Prefeitura Municipal interveio no local, demolindo parte da estrutura que havia resistido ao incêndio, eliminando os últimos vestígios da estação.

Por ser uma cidade pequena, com aproximadamente 11 mil habitantes, a expansão urbana caminha a passos lentos ao longo dos



FIGURA 08 - Estação ferroviária de Parapuá. FONTE: Rafael Corrêa, 2008,

anos, baseia-se majoritariamente em construções de bairros habitacionais de interesse social em áreas limites da malha urbana. Nos últimos anos a economia baseia-se no plantio de seringueiras e o cultivo de café, ainda muito presente e que garante à população, através da Cooperativa Casul, uma maior comercialização dos produtos.

## cooperativa Casul

Ao estudar a questão histórica do município de Parapuã – SP é importante salientar o destaque que a Cooperativa Casul (Figura 09) teve para a contribuição econômica local e, principalmente, a produção cafeeira que se instalou, principalmente na década de 60.



FIGURA 09 - Atual sede da Cooperativa Casul, em Parapuã. FONTE: Google Maps, 2017.

No ano de 1960, 59 produtores de café da região se reunirão com um propósito em comum, o de criar uma cooperativa cujo principal objetivo era composto pela padronização e exportação da produção dos associados, como forma de defender os direitos e interesses, tanto em cunho comercial como na assistência e fornecimento dos bens de consumo para as lavouras. (CASUL, 2017).

Com a ajuda financeira do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e a integração das cotas partes pelos associados que estavam presentes, deu-se início à construções de armazéns, escritórios, tulhas e armazéns. No ano seguinte, em 1961, as instalações foram inauguradas e “iniciou-se uma nova vida para a cafeicultura regional” (CASUL, 2017).

A produção só aumentava e no ano de sua inauguração a cooperativa recebeu mais de 40 mil sacos de café, o que obrigou os associados a implementarem, no ano de 1964 mais 1 mil metros quadrados de armazéns e 300 metros quadrados de área administrativa, criando o pavimento superior do edifício administrativo, onde encontra-se em uso até os dias atuais.

A Figura 10 apresenta o mapa do município, onde as áreas demarcadas e enumeradas representam o patrimônio pertencente à cooperativa, com excessão à área 4, que representa o local em estudo.



A área de número 1 é a localização da atual sede administrativa, já apresentada anteriormente no mapa da cidade e consta também com a loja referente aos produtos fornecidos para os produtores, sendo este de fácil acesso. A segunda área, situada no início da cidade, é a atual usina de látex, ou como é mais conhecida, Casulbor. Próximo a sede administrativa, encontra-se o clube da Casul, um local de lazer com boa infraestrutura, composto por salão de festas, campo de futebol, parquinho infantil e campo de bocha, segundo informações fornecidas pelo site da cooperativa, a intenção é a de realizar a construção de uma piscina no local, de modo a agregar melhor infraestrutura. Por fim, o quarto local, mas não menos importante, trata-se da área de estudo do atual trabalho de conclusão. O galpão, ainda que alugado, é um centro de distribuição de produtos agrícolas e funciona como forma de estoque destes produtos. Cabe levar em consideração uma observação que pode ser notada ao se analisar o mapa apresentado, todas as áreas destacadas estão situadas próximas a linha férrea e da estação ferroviária, facilitando o transporte dos produtos para a região e áreas longínquas.

Até meados de 1969 a atuação da cooperativa era no atendimento aos associados, na comercialização das safras e recebimento dos insumos, porém, a partir deste ano, foi implantado o viveiro de mudas de café no município, o qual produziu e entregou aos cafeicultores

regional 1 milhão e 900 mil mudas de café, garantindo o título de maior viveiro de mudas do Brasil na época. Novamente, ouve ampliação do patrimônio, como relata o site da cooperativa (2017):

Nova etapa de construção foi iniciada, mais 1800 metros quadrados de armazéns. Em 1971 foi concluída a ampliação dos armazéns, atingindo um total de 5000 metros quadrados de construções em condições de armazenar 120 mil sacas de café. E ainda foi construído um depósito para adubos com 350 metros quadrados. Em 1971 apareceu a “Hemileia Vastatrix”, a Ferrugem do café, num sítio localizado neste município sede da Cooperativa.” (CASUL, 2017).

Em 1972 ao se juntar com os Prefeitos regionais foi concedida uma audiência com o Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, para que fossem tratados assuntos referente a ferrugem. Assim, no mesmo ano, foi adotado o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais, que ocasionou a produção de 5 milhões de mudas, mantendo o posto de maior viveiro de mudas nacional, já conquistado em 1969.

Em 1978, principalmente por fatores climáticos o poder aquisitivo dos cafeicultores diminuía e, conseqüentemente, os dirigentes da Casul junto ao Departamento Agrônômico implantaram a cultura da

seringueira, onde em 1992, após grande progresso da cultura, iniciou-se a construção de uma usina de grande porte (Figura 11) para que houvesse recebimento do látex dos cooperados, com capacidade de 60 toneladas por mês, chegando à 90 toneladas por mês, o que gerou a construção de mais duas estufas de secagem. (CASUL, 2017).



FIGURA 11 - Usina de látex. FONTE: Site Cooperativa Casul.

A cooperativa se expandiu para outras cidades, garantindo um melhor atendimento aos cooperados. Atualmente as cidades de Rancharia, Rinópolis, Martinópolis, Osvaldo Cruz, Pompéia e Presidente Venceslau contam com filiais da cooperativa. Além da sede em Parapuã, a cidade conta ainda com um viveiro de mudas, supermercado, posto de recebimento de embalagens de agrotóxicos, centro de treinamento e lazer José Morales Agudo (1998), Casulbor (usina de látex) e o centro de distribuição de mercadorias, sendo este último o objeto de estudo do presente trabalho.

## equipamentos

Dentro das questões de equipamentos oferecidos para a cultura e o lazer (Figura 12), têm-se um número pequeno, pois ao levar em consideração, percebe-se que a grande maioria diz respeito à praças públicas, áreas esportivas e, com um único ressalvo, uma biblioteca e um museu.

O Parapuã Piscina Clube (Figura 13), localizado entre a Av. Pernambuco com a Rua Goiânia, é um local de grande representatividade para a população nos anos de 1990, responsável pelos bailes e carnavais da época, hoje se encontra em uma reforma do salão social



FIGURA 12 - Mapa de Equipamentos.  
FONTE: Elaborado pela autora, 2017.



que perdura já há quatro anos, além disso, o funcionamento das piscinas para a população é de somente 2 meses por ano, no período de férias.

O clube possui uma quadra coberta com arquibancada e vestiários, campo de bocha, academia ao ar livre, piscina olímpica com tobogã e trampolim, piscina infantil, campo de futebol, salão aberto com cozinha, salão fechado com palco e camarim e bilheteria com sala de espera.

Defronte ao clube há a instalação de um parque infantil (Figura 14) – muito utilizado pela população, principalmente aos finais de semana e aos fins de tarde. Nos quarteirões próximos ao clube, têm-se um Museu e Biblioteca Municipal e um anexo que possui estrutura para o Programa Acessa São Paulo, os três blocos juntos, correspondem a aproximadamente 250m<sup>2</sup> (Figura 15).



FIGURA 14 - Parque Infantil "O Pequeno Príncipe". FONTE: Acervo pessoal, 2017.



FIGURA 15 - Museu e Biblioteca Pública Municipal. FONTE: Acervo pessoal, 2017.



FIGURA 13 - Parapuã Piscina Clube. FONTE: acervo pessoal, 2017.

Outro equipamento de muita representatividade na cidade, é o Projeto Guri, que proporciona à jovens de até 18 anos a oportunidade de aprender a tocar instrumentos musicais.

Além dos equipamentos já citados, a cidade possui uma praça central, que possui coreto, fonte luminosa, paróquia e três quiosques de lanches, que funciona como principal atração noturna aos finais de semana.

Na área esportiva, a cidade possui um ginásio de esportes e um estádio municipal (Figura 16), sendo que este segundo também está em desuso pela falta de manutenção. Em contraponto, ao lado do estádio, está localizado um Centro de Lazer, com quiosques, campo de futebol e uma piscina.



FIGURA 16 - Estádio Municipal Afonso João Lopes. FONTE: Acervo pessoal, 2017.

Ao tratar sobre os locais culturais na cidade é perceptível a necessidade de associação entre compromisso público e áreas adequadas, para que seja oferecido um lazer voltado para o âmbito cultural, que possa aumentar o saber cognitivo daqueles que o frequentam e também, sejam meios capazes de fortalecer o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo através de atividades, e claro, manter viva a história local através do edifício, fortalecendo a importância histórica do edifício e também da cidade. Na imagem (Figura 17), a fachada do edifício que será objeto de intervenção.



FIGURA 17 - Centro de distribuição. FONTE: Acervo pessoal, 2017.

## área de estudo

A área na qual ocorrerá a intervenção está situada ao lado oeste da cidade, na Avenida Pernambuco (Figura 18), é também uma via de acesso, que faz a ligação da cidade com a rodovia. O local está próximo a área de expansão urbana e possui uma topografia acidentada, a qual lhe permite característica interessante, por proporcionar uma vista cênica aos transeúndes. A definição do objeto de estudo se deu pela importância que este possui, indiretamente falando, para o desenvolvimento da cidade. Além disso, o edifício é um exemplar da arquitetura Art Decó (1925-1939), com características geométricas.

É possível identificar também no mapa, a projeção dos telhados das edificações do entorno. A leitura que pode ser observada é um adensamento a oeste do mapa, e isso se justifica por se tratar de um bairro formado, em sua maioria, por habitações de interesse social.

Apesar de estar em uma das principais vias da cidade, o que garante fácil acesso, independentemente se pela população local ou da região, a seleção do local, além das questões tratadas nos capítulos anteriores, teve forte influência na análise feita pela autora, nos 23 anos de convívio na cidade, a conclusão de que dentre os bairros formadores da cidade, este em especial pouco tem a oferecer quando

se trata de equipamentos de lazer, como pôde ser observado no Mapa de Equipamentos da cidade.

O mapa de uso do solo (Figura 19) mostra a predominância residencial, a presença de 2 estabelecimentos comerciais, sendo estes comércio barista e, 2 equipamentos de serviços, uma creche e um centro cívico.

A grande horizontalidade da área, a topografia, bem como todo o espaço urbano, possibilita identificar e reconhecer o objeto de estudo de áreas longínquas, assim como permitirá uma maior permeabilidade visual, criando a relação do edifício com a cidade.

É importante ressaltar a presença de vegetação (Figura 20) adensada no raio estudado, o que garante maior conforto aos transeúntes. Observa-se a presença de uma massa vegetativa pequena dentro do terreno do edifício, formada principalmente por árvores frutíferas, como cajueiro, mangueira e goiabeira.

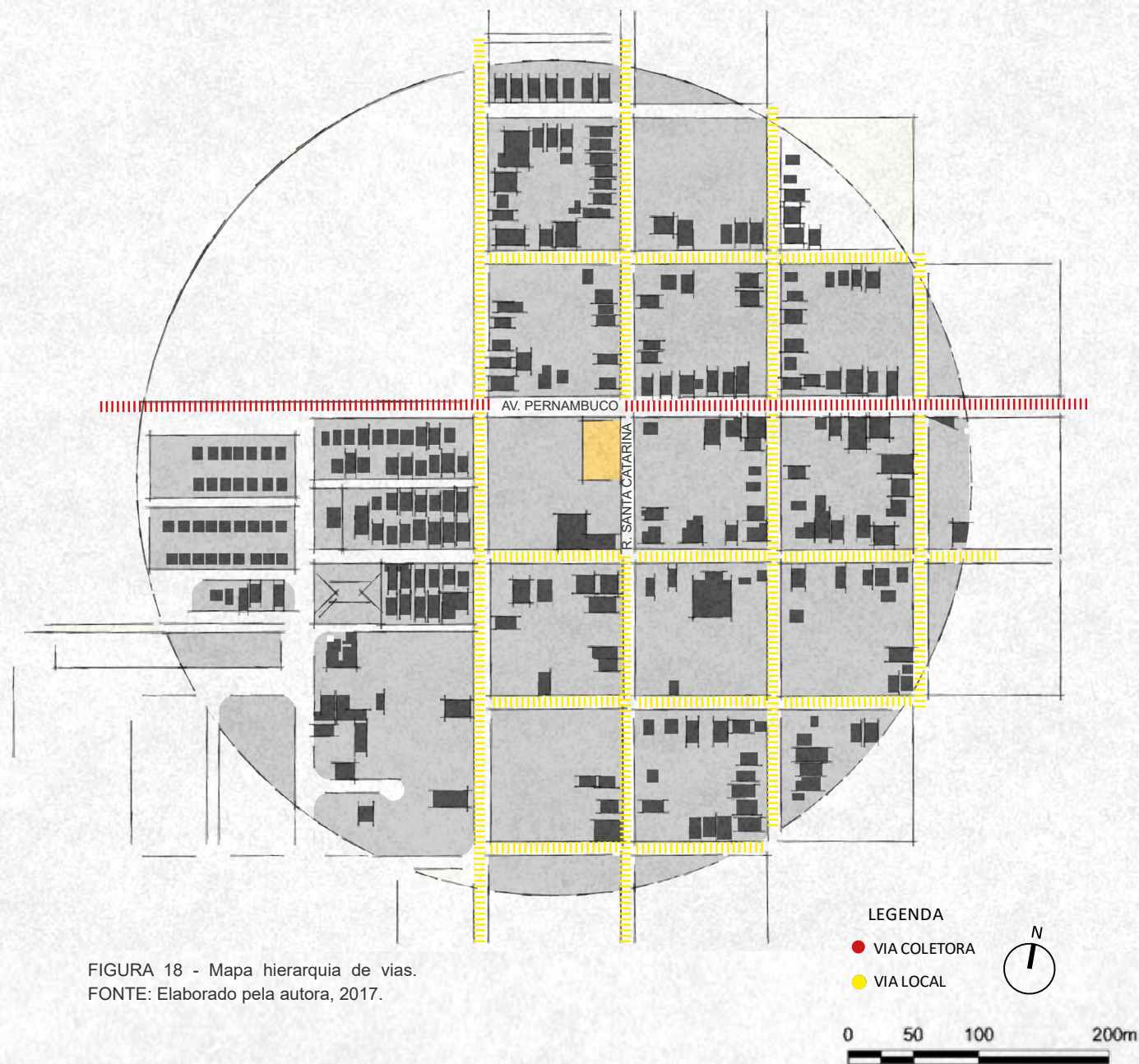


FIGURA 18 - Mapa hierarquia de vias.  
 FONTE: Elaborado pela autora, 2017.



FIGURA 19 - Mapa de Uso do solo.  
 FONTE: Elaborado pela autora, 2017.

## o galpão

Em pesquisas históricas sobre o centro de distribuição, poucas foram as informações obtidas. Com base em conversas realizadas com os funcionários do local a única curiosidade obtida foi a de que lá funcionava, antes de ser alugado pela cooperativa, uma máquina de amendoim. A data de construção é de 1945, possui uma área construída de 950 m<sup>2</sup>, com um terreno de 3790 m<sup>2</sup>.

Atualmente mantém-se em funcionamento um centro de distribuição de produtos agrícolas, alugado pela Cooperativa Casul, e apesar de mantê-lo em uso, garantindo a sua conservação, algumas modificações visíveis foram observadas em visitas ao local, como o fechamento de algumas aberturas e a construção, pelo atual dono, de um depósito particular. Seu uso, antes de se tornar centro de distribuição, era de uma máquina de beneficiamento de amendoim.

A iluminação na parte interna do edifício é bastante restrita, pois, (FIGURA 21) poucas são as aberturas. Na visita ao local, pode ser observado que a ventilação também é insuficiente, o que pode ser desconfortável, tendo em vista que o local serve como depósito de inseticidas, herbicidas, fungicidas, entre outros.

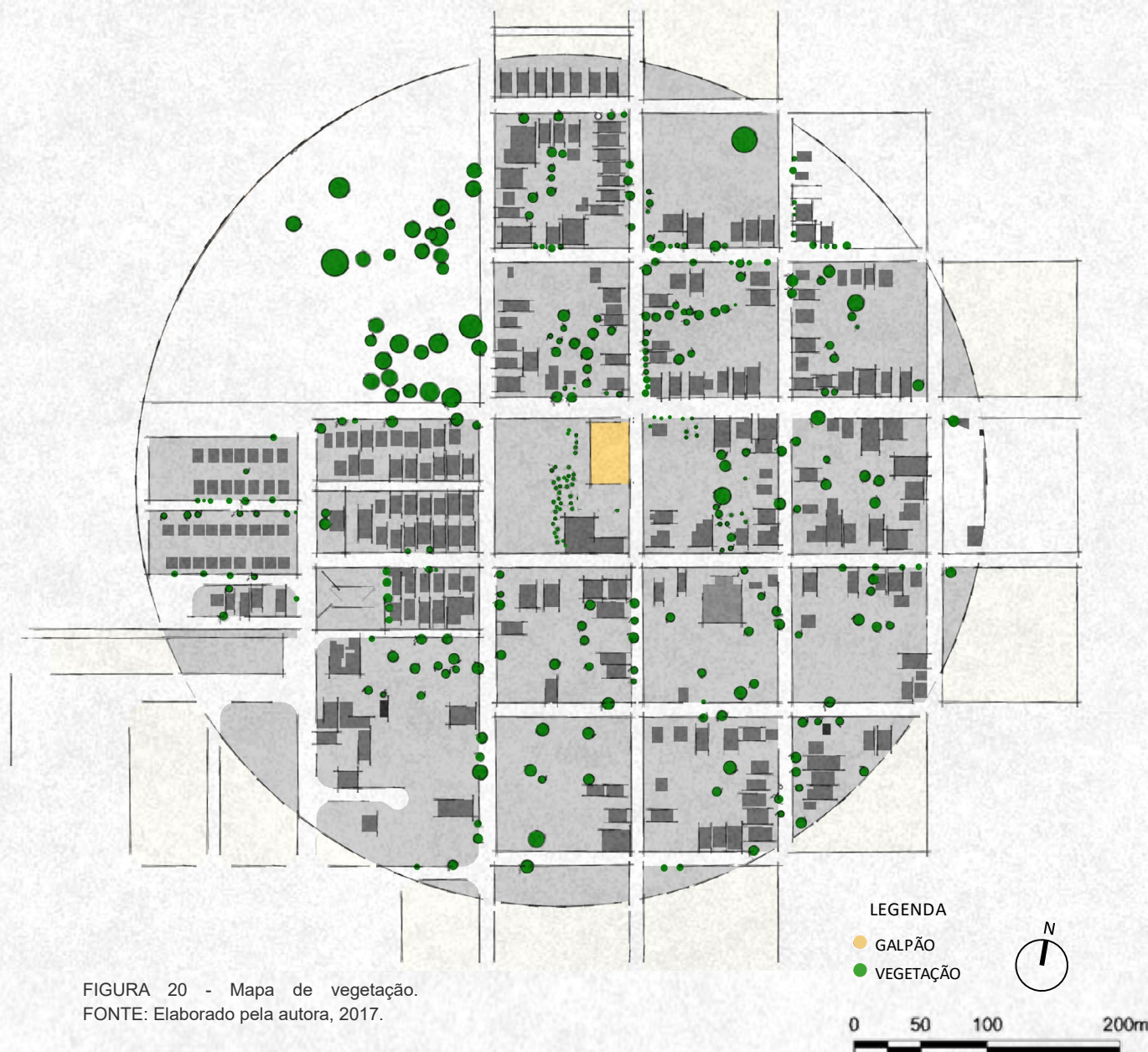


FIGURA 20 - Mapa de vegetação.  
FONTE: Elaborado pela autora, 2017.



Outro ponto a ser notado e que é muito característico do edifício, é a calçada frontal e lateral, que chega a possuir um desnível de 2m, impossibilitando rampas de acesso, tornando-a inacessível por pessoas com mobilidades reduzidas. Essa característica se dá por se tratar de um galpão em que era necessária a carga e descarga de produtos.

Ao fundo, existe uma pequena massa vegetativa que garante sombra em certas partes do terreno. O que deveria ser uma área coberta para carga e descarga virou um depósito aberto, de pallets, madeiras, objetos quebrados e caixas de papelão.

O edifício se destaca na paisagem por quem se desloca pela Av. Pernambuco, uma das principais vias de acesso da cidade, principalmente pela sua arquitetura e dimensão (Figura 22).

FIGURA 21 - Edifício e o entorno. FONTE: Acervo pessoal, 2017.

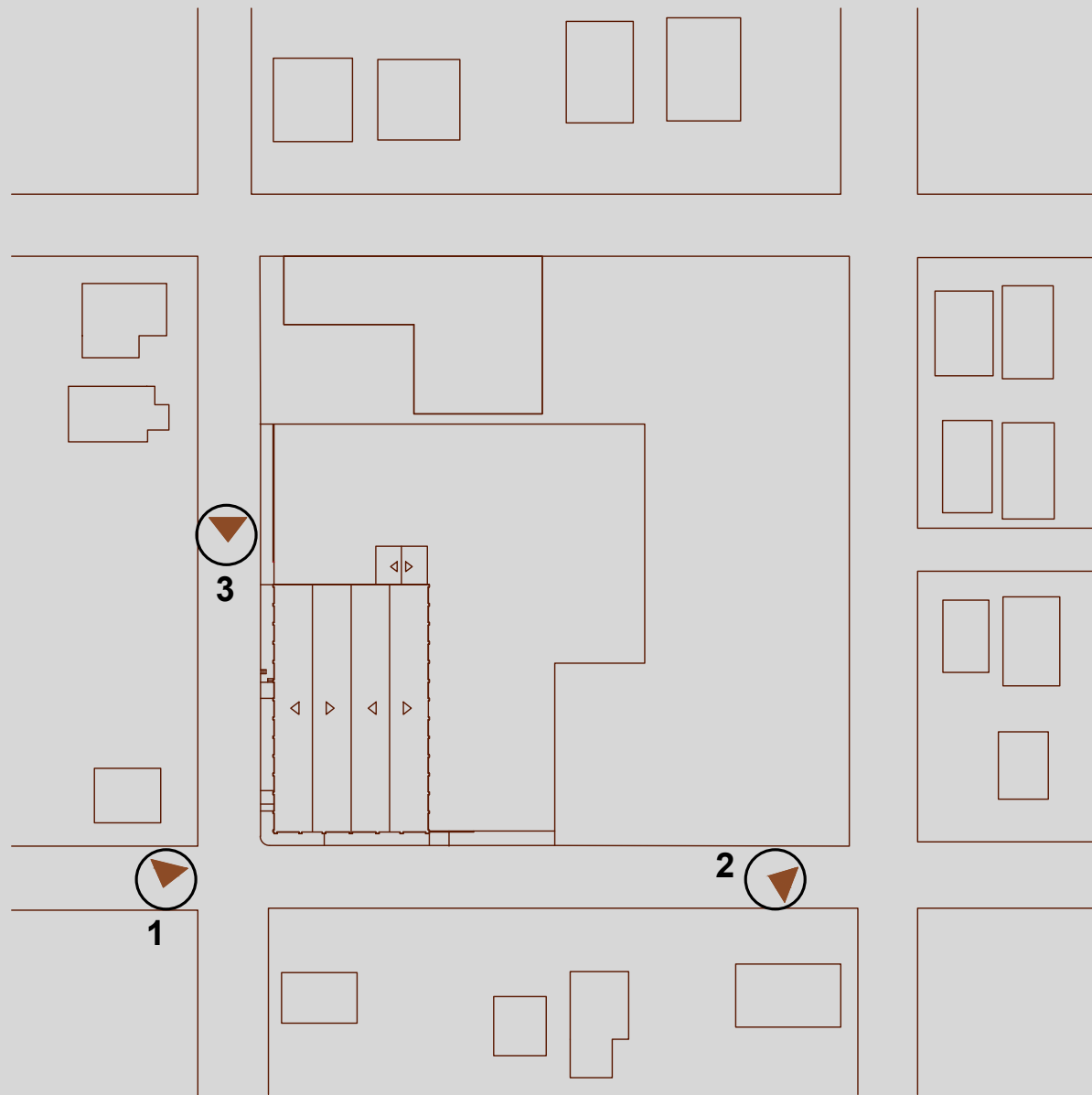


FIGURA 22 - Entorno. FONTE: Google Earth. Editado pela autora.

FIGURA 23 - Planta baixa. FONTE: Elaborado pela autoria, 2017.

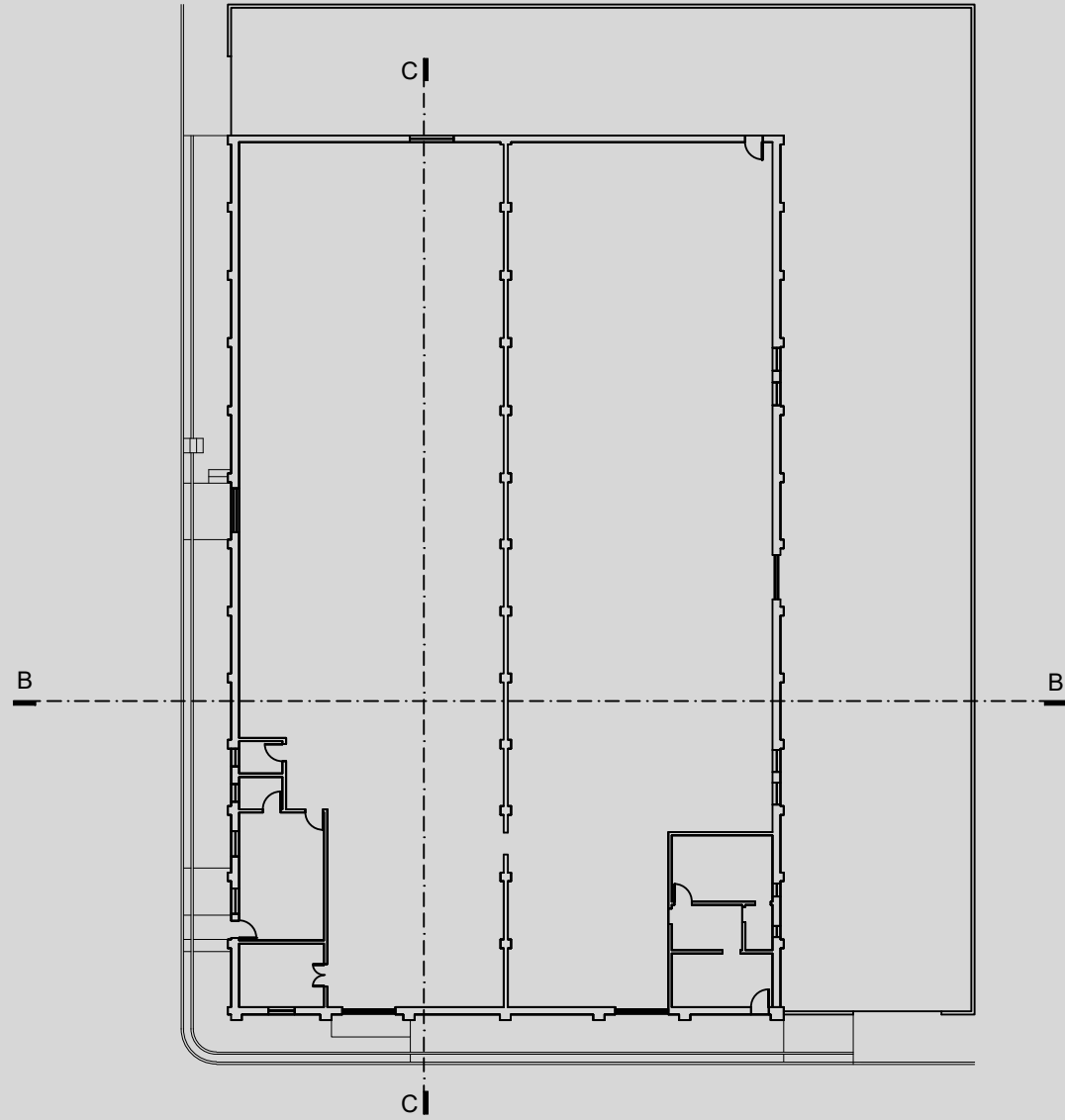
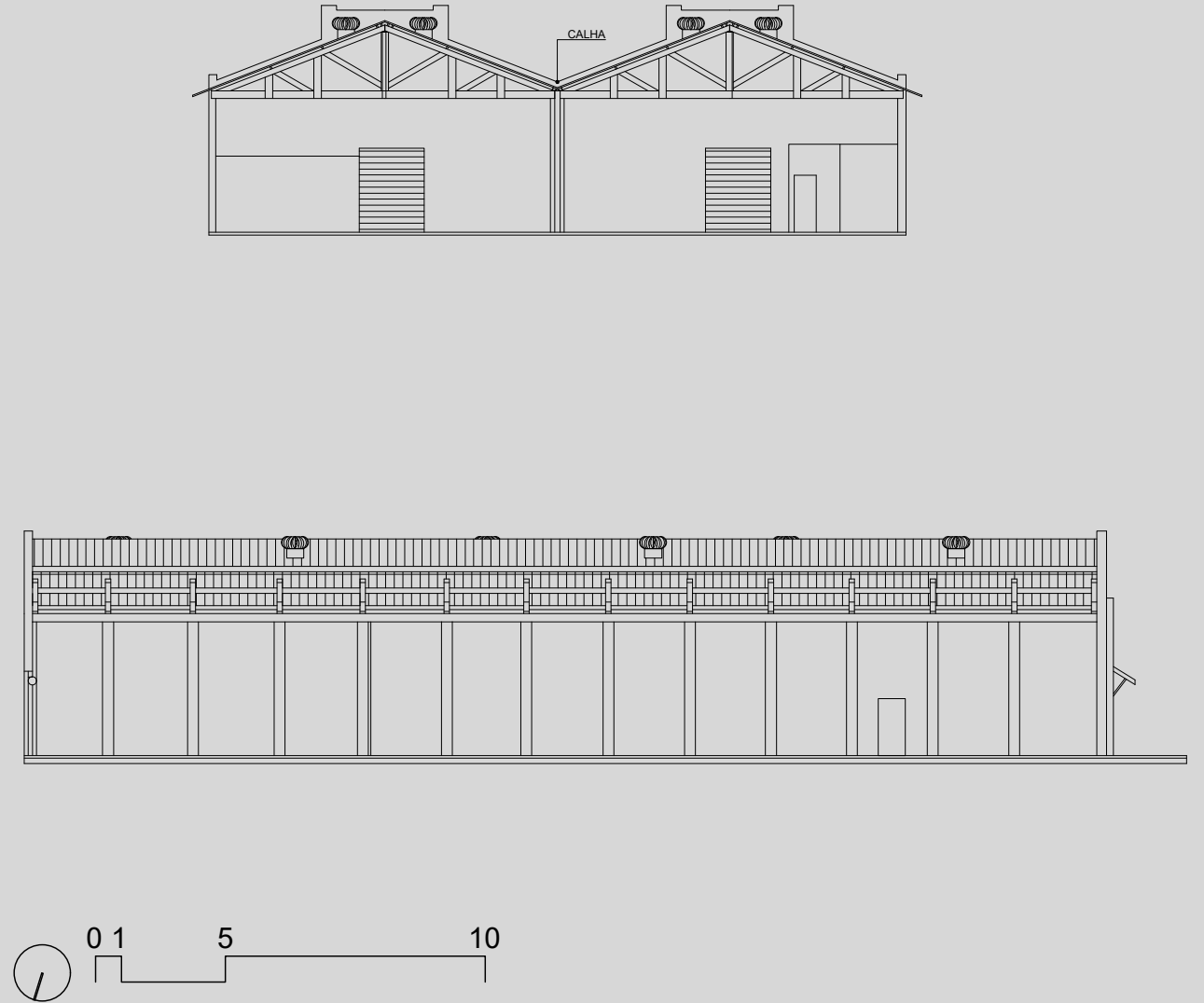
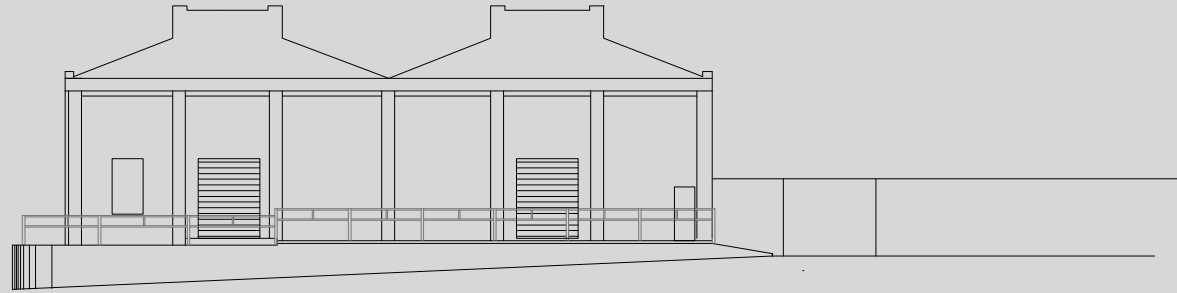


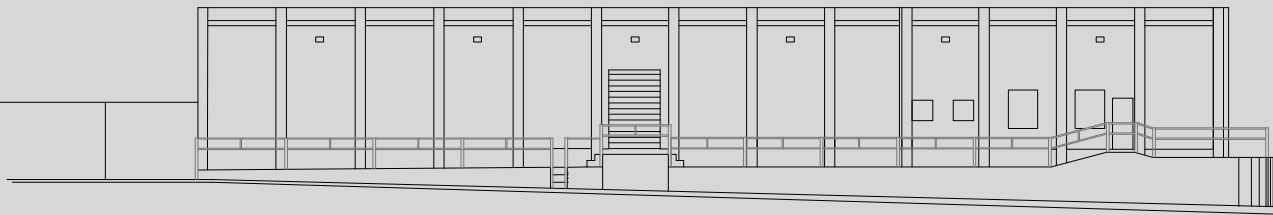
FIGURA 24 - Cortes. FONTE: Elaborado pela autoria, 2017.



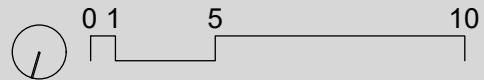




VISTA FRONTAL



VISTA LATERAL



## **4**. referências projetuais

As referências projetuais foram estudadas, não somente pelo programa, vários foram os pré-requisitos para a escolha dos antecedentes que servirão como base de estudos na definição da proposta projetual.

### **SESC Pompéia**

**Projeto Arquitetura: Lina Bo Bardi**

**Localização: São Paulo - SP, Brasil**

**Data construção: 1977**

O prédio do atual SESC Pompéia era uma antiga fábrica de tambores. O projeto propôs a manutenção dos espaços livres dos antigos galpões, de estrutura em concreto e vedações de alvenaria.

Para criar espaços múltiplos, com variação de atividades em um mesmo ambiente, sem necessariamente ser espaços delimitados. Como complemento ao projeto, Lina propôs, o que garantiu uma monumentalidade ao local, o projeto de dois edifícios, um com atividades administrativas e caixa de escada e o outro com quadras esportivas., sendo acompanhados pela torre de mesma altura, da caixa d'água.

As áreas de leitura da biblioteca e a área destinada as ofici-



nas, são demarcadas à meia altura, evitando fechar por completo o ambiente, de forma a evidenciar a estrutura da cobertura. Em certos locais, para garantir uma maior iluminação, propôs a troca das telhas originais por translúcidas.

A programação de atividades a serem desenvolvidas é abrangente e inclusiva, que somadas às soluções de resgate a rua e a vida pública para dentro do edifício, garantem o interesse independentemente da faixa etária e classe social. Os espaços de exposições, as atividades a céu aberto e a rua convidativa, fazem este ser um projeto reconhecido em todos os aspectos, desde a restauração ao programa de necessidades.



## Centro Cultural Matarazzo

**Projeto Arquitetura: Iara Valim**

**Localização: Presidente Prudente - SP, Brasil**

**Data construção: 1990**

As indústrias Matarazzo se instalou em antigos galpões da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio na cidade de Presidente Prudente, onde atuaram até a década de 1970, com o declínio do complexo industrial no país. As instalações foram então sofrendo a ação do tempo por estarem, em sua maioria, abandonadas.

O imóvel e toda a área foram tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (CONDEPHAAT), no ano de 1987, fato que não impedia a degradação do espaço. (Secretaria da Cultura de Presidente Prudente).

A comunidade, preocupada com as condições do local, começa uma luta para a recuperação e a conversão do espaço em um centro cultural. No ano de 1990, dá-se início ao projeto de restauro dos edifícios, finalizado somente 18 anos depois, em 2008.

O programa é formado por salas de música (Projeto Guri), salas de dança, artes cênicas, salas de exposições, teatro, Biblioteca

Municipal, cinema, sala de informática, restaurante e a Secretaria da Cultura de Presidente Prudente.

A FIGURA 27 representa a planta do projeto proposto para o Centro Cultural Matarazzo, sendo que este foi modificado, com o acréscimo de uma sala de informática.

A visita ao local foi registrada através de um croqui (FIGURA 28) com o percurso realizado, isso evidenciou a presença de um corredor com as instalações das salas nas adjacências. O outro desenho, trata-se do auditório, o qual foi possível identificar o revestimento da treliça com um forro de madeira, para dificultar a passagem de som ao restante do edifício. Outro fator observado foi o fato das instalações elétricas serem aparentes.

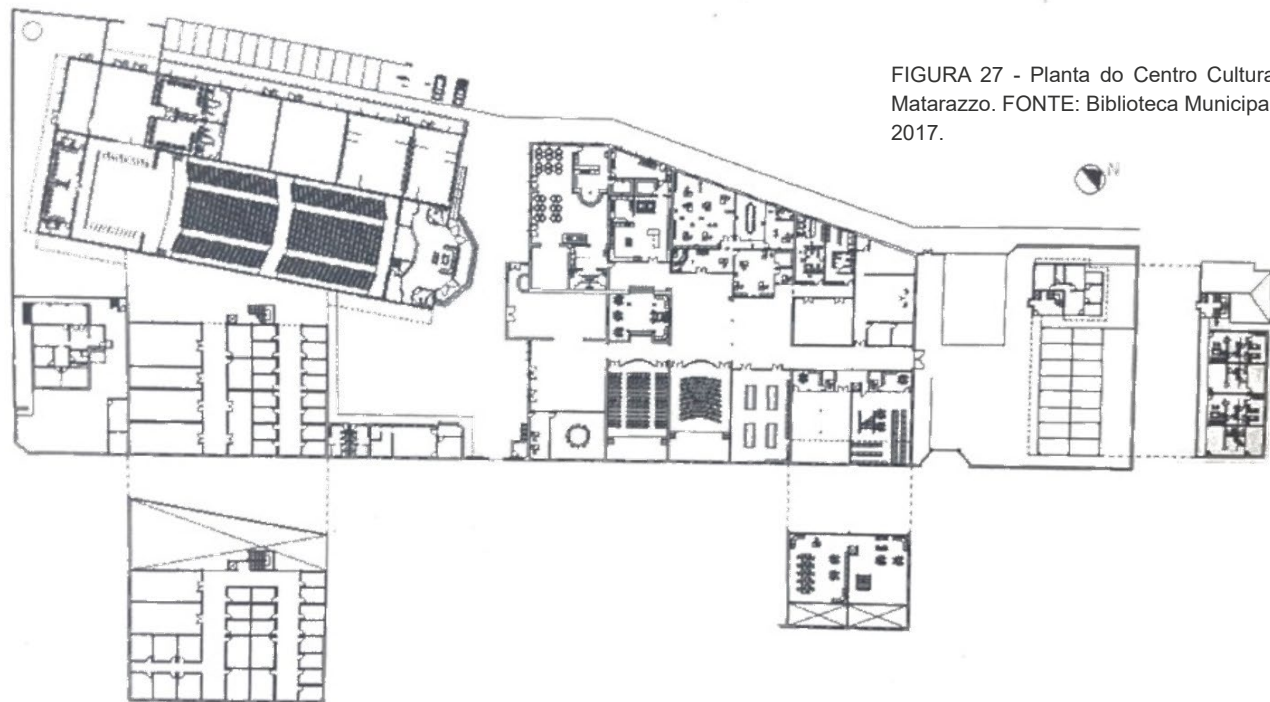


FIGURA 27 - Planta do Centro Cultural Matarazzo. FONTE: Biblioteca Municipal, 2017.

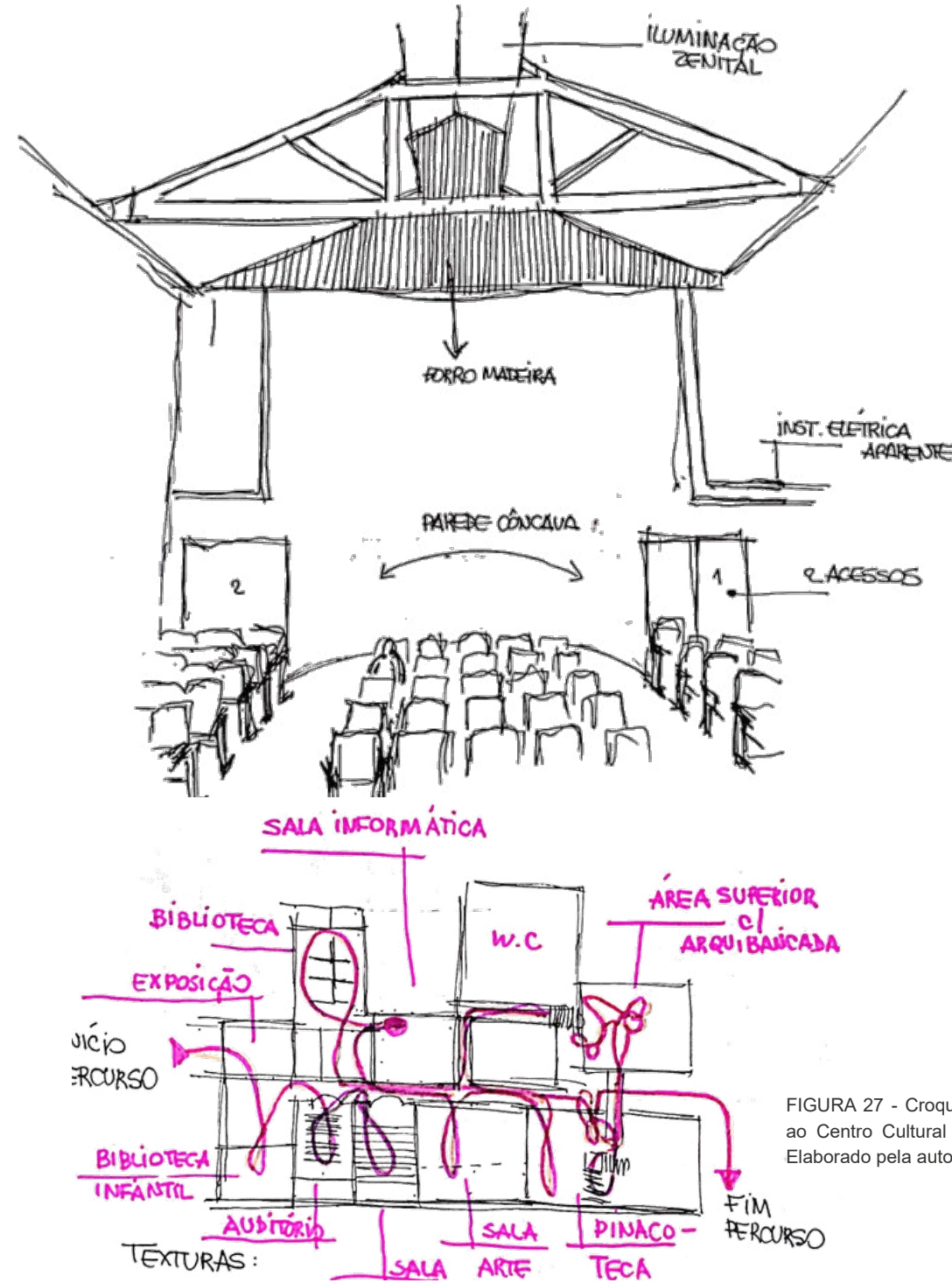


FIGURA 27 - Croqui realizado em visita ao Centro Cultural Matarazzo. FONTE: Elaborado pela autora, 2017.

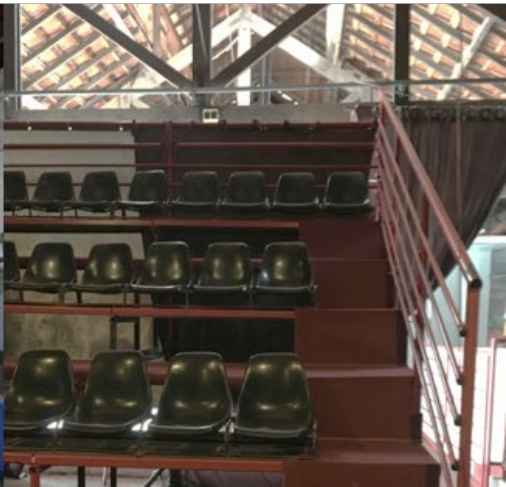
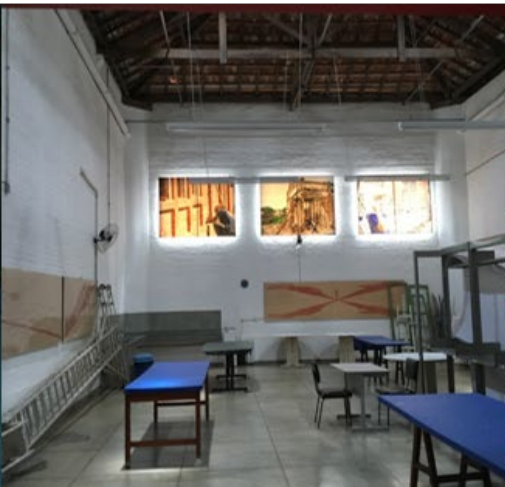


FIGURA 28 - Fotos do Centro Cultural Matarazzo. FONTE: Acervo pessoal, 2017.

**5.** o projeto

## preservação e adaptação do edifício

A preservação do galpão garante à cidade, a oportunidade de manter viva a história da sua formação, e permitirá com que esta memória seja apreciada e não esquecida ao longo dos anos. Assim, garante também a sua conservação, principalmente por estar sendo agregado um novo uso, que propiciará aos interessados atividades ligadas à cultura, suprimindo a falta de equipamentos e atividades na cidade que dizem respeito ao tema.

As Cartas Patrimoniais são documentos que apresentam normativas sobre conceitos e procedimentos necessários sobre a preservação dos bens com valores culturais. Não funcionam como regras legislativas, mas isso não significa que não podem ser acompanhados destas, tendo em vista que se trata de documentos internacionais, discutido por representantes do mundo todo, e que por isso, são apresentados de forma geral, sendo necessária uma interpretação individual de cada bem cultural. Com base em algumas das cartas, serão refinados conceitos e apresentadas as direções da intervenção, considerando o galpão um objeto com valor histórico, como um testemunho da história de Parapuã.

A intervenção se dá na busca de atender os objetivos defi-

nidos na Carta de Veneza (1964), que diz respeito à restauração, de que os edifícios devem ser conservados, revelando seus valores históricos, com respeito à temporalidade a “intervenção contemporânea deverá mostrar a marca de seu tempo, respeitando a preexistência”, de forma a intervenção não conter o chamado “falso histórico”, prática negada de início por Cesare Brandi, teórico patrimonial. (NASCIMENTO, 2007, p. 195).

Foi proposta a remoção de alguns elementos internos ao edifício, como as paredes que separam os galpões, pois apesar de ser um único volume, existe a divisão interna, tornando-os espaços que não conversam entre si. As remoções estarão presentes nos pisos, como rastros do passado, estas também serão documentadas de acordo com as características existentes da atual situação do local, bem como as disposições das alvenarias. A documentação é importante pelo fato de que podem ser reconstruídas com base nos desenhos e imagens realizados durante os levantamentos no local.

Como já visto em capítulos anteriores, é muito importante à preservação de um bem histórico, a conscientização da população para o seu resguardo como patrimônio e por este motivo, a memória dos indivíduos do passado e do presente, poderão fortalecer a de futuras gerações, mantendo-a viva.

A materialidade que será utilizada oferece conforto e, prin-



principalmente, durabilidade. Nas novas paredes erguidas, bem como a construção de uma pequena cafeteria ao lado do galpão, utilizou-se o tijolo de solo-cimento, o vidro e a madeira, com suas texturas aparentes, como forma de garantir a distinguibilidade do novo e o antigo, pois apesar das paredes serem rebocadas a falta de documentação sobre o local impossibilita saber suas reais características, por isso, escolheu-se mantê-las nas condições que se encontram. É importante deixar clara a diretriz que diz respeito às instalações elétricas e hidráulicas, sendo que estas devem ser aparente para que pouco se intervenha na antiga estrutura.

A nova funcionalidade acompanha um programa de atividades que proporcionará a frequente manutenção do local, garantindo sua conservação, pois segundo consta na Carta do Restauro (1972), a vigilância deverá ser contínua.

## proposta projetual

O limite de intervenção no edifício foi definido levando em consideração toda a parte teórica evidenciada anteriormente, e se baseia na importância do edifício como um bem histórico, assim como suas características físicas, que lhe garante uma associação forte à

Cooperativa Casul, por isso seu estudo foi necessário e importante, para entender o processo histórico da cidade.

Após compreender a importância histórica, a relação com a cidade e as atividades locais, evoca-se a potencialidade diante da percepção do espaço da cidade e a necessidade da busca por desenvolver um envolvimento maior com a cultura dentro do município.

Os equipamentos voltados para a cultura e o lazer, muitas vezes se mostram resumidos à praças públicas e quadras esportivas, sem que haja, além da presença do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), local de apoio cultural, com atividades voltadas para a capacitação da comunidade por meio de cursos, workshops, oficinas e palestras. As atividades oferecidas pelo CRAS é voltada para a estética (curso de manicure e cabeleireira), e com a presente proposta de projeto, o campo se amplia para demais áreas, maximizando as oportunidades de um aprendizado multidisciplinar.

A partir das informações sobre a cidade foi pensado o programa de necessidades, com base também, nas referências projetuais estudadas, que dizem respeito à programas culturais. Inicialmente, foi pensado que haveria a necessidade de criar um edifício anexo, para servir de apoio e garantir um programa completo. Posteriormente, ao refazer uma análise sobre os espaços e a distribuição proposta por Lina Bo Bardi, no SESC Pompéia, percebeu-se a sensibilidade e ne-

cessidade de criar ambientes com maior convivência como forma de garantir a troca de experiências entre o público. Assim, por se tratar de uma cidade pequena, o estudo do Centro Cultural Matarazzo e o SESC de Presidente Prudente foi de suma importância, por possibilitar a análise de que forma um edifício de porte cultural possa funcionar em cidades médias, no caso de Presidente Prudente, permitindo uma noção maior das atividades que poderão ser adotadas para compor o Centro Cultural de Parapuã (Figura 29).

<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>96,65 m<sup>2</sup></b>
RECEPÇÃO	30 m <sup>2</sup>
SALA DE REUNIÃO	17,50 m <sup>2</sup>
COPA	15,95 m <sup>2</sup>
DML (DEPÓSITO DE MATERIAL DE LIMPEZA)	13,70 m <sup>2</sup>
ADMINISTRAÇÃO	8,60 m <sup>2</sup>
DEPÓSITO	10,90 m <sup>2</sup>
<b>ATIVIDADES</b>	<b>314,75 m<sup>2</sup></b>
AUDITÓRIO	104,65 m <sup>2</sup>
EXPOSIÇÕES	118 m <sup>2</sup>
MEZANINO	92,10 m <sup>2</sup>

<b>CAPACITAÇÃO</b>	<b>213 m<sup>2</sup></b>
SALAS DE AULA	52 m <sup>2</sup>
SALA DE DANÇA	52 m <sup>2</sup>
COZINHA ESCOLA	77 m <sup>2</sup>
OFICINAS	32 m <sup>2</sup>
<b>APOIO</b>	<b>149 m<sup>2</sup></b>
DEPÓSITO ÁREA EXTERNA	20 m <sup>2</sup>
W.C.	23 m <sup>2</sup>
W.C. ACESSÍVEL	3,55 m <sup>2</sup>
APOIO SALA DE DANÇA	17,45 m <sup>2</sup>
CAFETERIA	85 m <sup>2</sup>
CAIXA DE LIXO	1,80 m <sup>2</sup>
CAIXA DE GÁS	1,80 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>	<b>3500 m<sup>2</sup></b>
ÁREA CONSTRUIDA	1284 m <sup>2</sup>
ÁREA VERDE	2216 m <sup>2</sup>

FIGURA 29 - Programa de Necessidades. FONTE: Elaborado pela autora, 2017.

## o projeto

Ao iniciar os estudos de implantação do programa de necessidades no edifício, a maior dificuldade era a de solucionar as questões de ventilação e iluminação natural, pois como já citado anteriormente, o edifício possui poucas aberturas, o que lhe confere um ambiente escuro e mal ventilado. Diante de tal dificuldade algumas diretrizes foram adotadas, sendo elas:

- A demolição das paredes internas, salvos alguns trechos;
- Aumentar a quantidade de aberturas;
- Abertura na cobertura.

A demolição das paredes internas, além de melhorar o fluxo de ar entre os ambientes, através da troca por ventilação cruzada, possibilitou a integração entre os galpões elevando a criação de maiores espaços de convivência, tornando-o apenas um, o galpão. A atitude, tomada individualmente, não agregaria tanto para melhorar a questão em discussão por decorrência das aberturas existentes serem pequenas, então, associou-a a outras duas diretrizes: a de aumentar

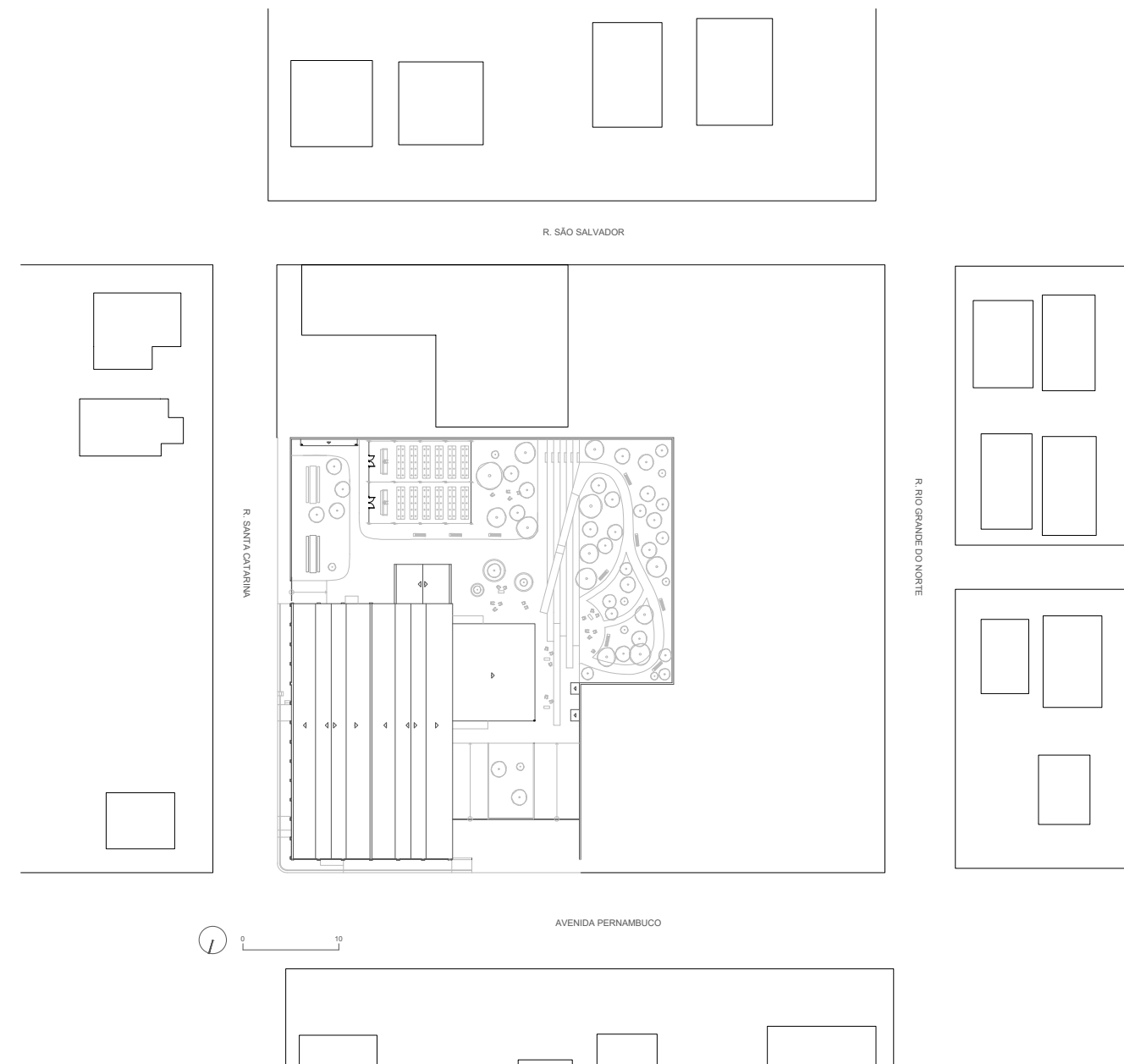


FIGURA 30 - Implantação. FONTE: Elaborado pela autora, 2017.

a quantidade de aberturas, de acordo com a nova distribuição interna dos ambientes e a de criar um lanternim na cobertura, possibilitando uma distribuição mais homogênea dentro do espaço como um todo.

Os estudos espaciais foram realizados durante todo o processo de discussão acima, sendo que a conclusão para se chegar nas 3 diretrizes citadas só foi possível através deles, e como resultado, têm-se a distribuição final representada pela Figura 31.

O principal acesso ao edifício, ainda enquanto centro de distribuição, se dá pela calçada da Av. Pernambuco, porém, por ser uma das principais vias da cidade, pela carência de um espaço mais livre qualificado para apropriação no bairro próximo ao local e para proporcionar um acesso homogêneo à todas as pessoas, intencionalmente, o acesso principal se volta para a lateral do galpão, possibilitando um acesso acessível a todos.

A proposta de um novo edifício na parte externa para abrigar a cafeteria, leva a ideia de que esta poderá ser utilizada independentemente do funcionamento do galpão, ou seja, em dias em que este esteja fechado.

Dos equipamentos existentes na cidade, nenhum possui um auditório, o que salienta o desejo, já apresentado pela autora, de criar este espaço também com acesso independente, ou seja, possíveis

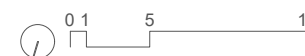
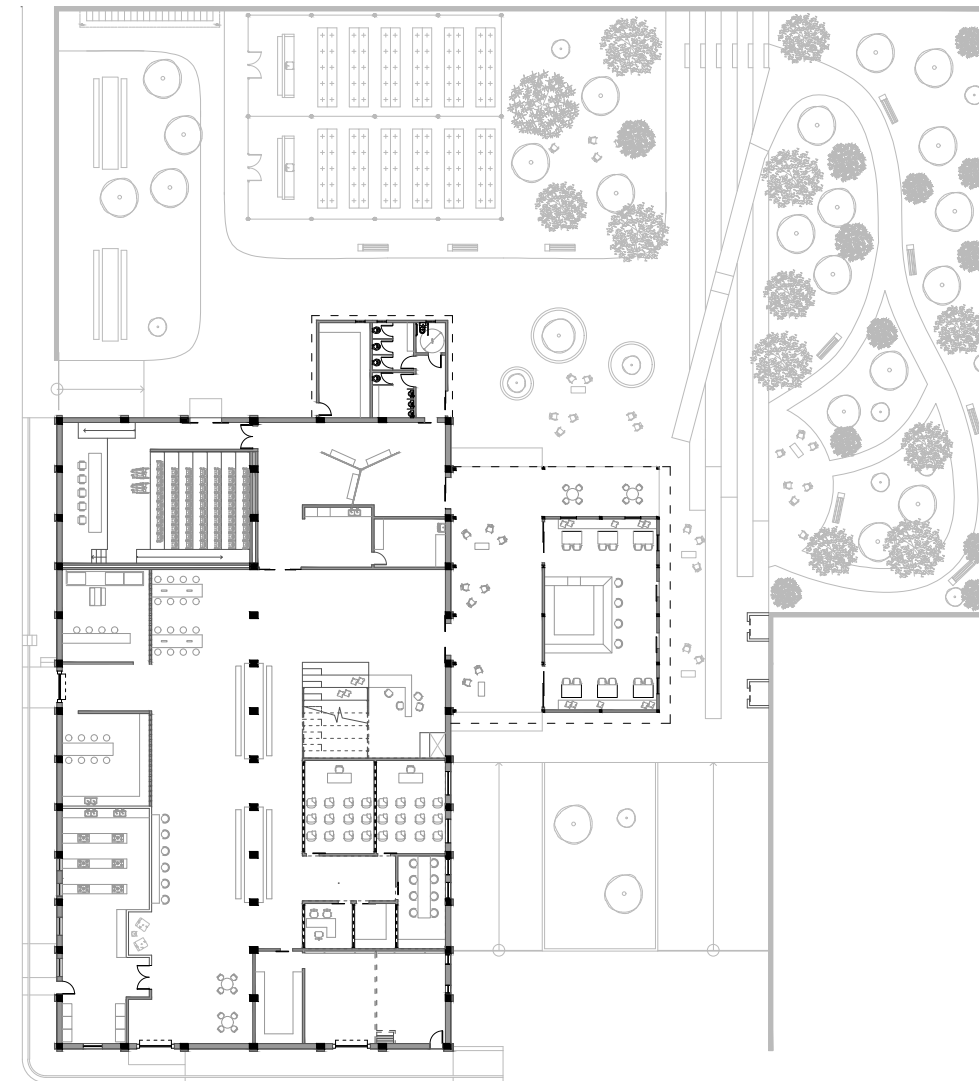


FIGURA 31 - Planta baixa humanizada.  
FONTE: Elaborado pela autora 2017.

eventos que ocorrerão em horários fora do de funcionamento do Centro Cultural, permitirá um acesso fácil ao auditório, este terá paredes duplas para melhorar o desempenho acústico e nuvem acústica no forro. Os sanitários estão posicionados no anexo existente, respeitando o acréscimo feito ao longo do tempo.

A distribuição dos ambientes se deu de forma a permitir maior relação entre as atividades propostas, e estão espaçados entre oficinas, cozinha escola, salas de aula, sala de reuniões, depósito, administração e sala de dança. Ao centro, mesas posicionadas de forma a criar espaços de trabalho livre aos que quiserem utilizar, tornando a circulação interna parte desses espaços de trocas multidisciplinares. A arquibancada e o mezanino foram criados para garantir, em momentos extra-atividades, a comunicação e a troca de informações entre as pessoas, tendo em vista a importância dos espaços de permanência, muito observados no projeto do SESC Pompéia.

O mezanino (Figura 32 e 33) foi pensado para aproximar o público da estrutura do galpão, local onde ficará clara a distinção do antigo e do novo, dada a visão geral dos espaços. O pé direito no mezanino, abaixo das tesouras, ficará com 1,93 metros de altura, e entre tesouras possuirá 4,5 metros de altura.

Os espaços destinados para as oficinas, foi proposto com paredes de 2,0 metros de altura sem fechamento superior, para propor-

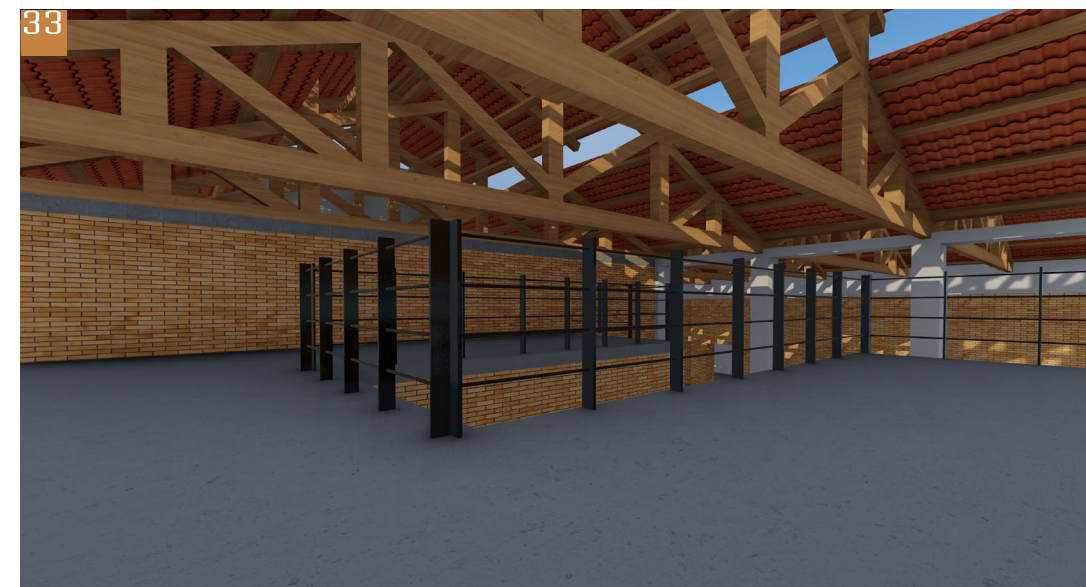
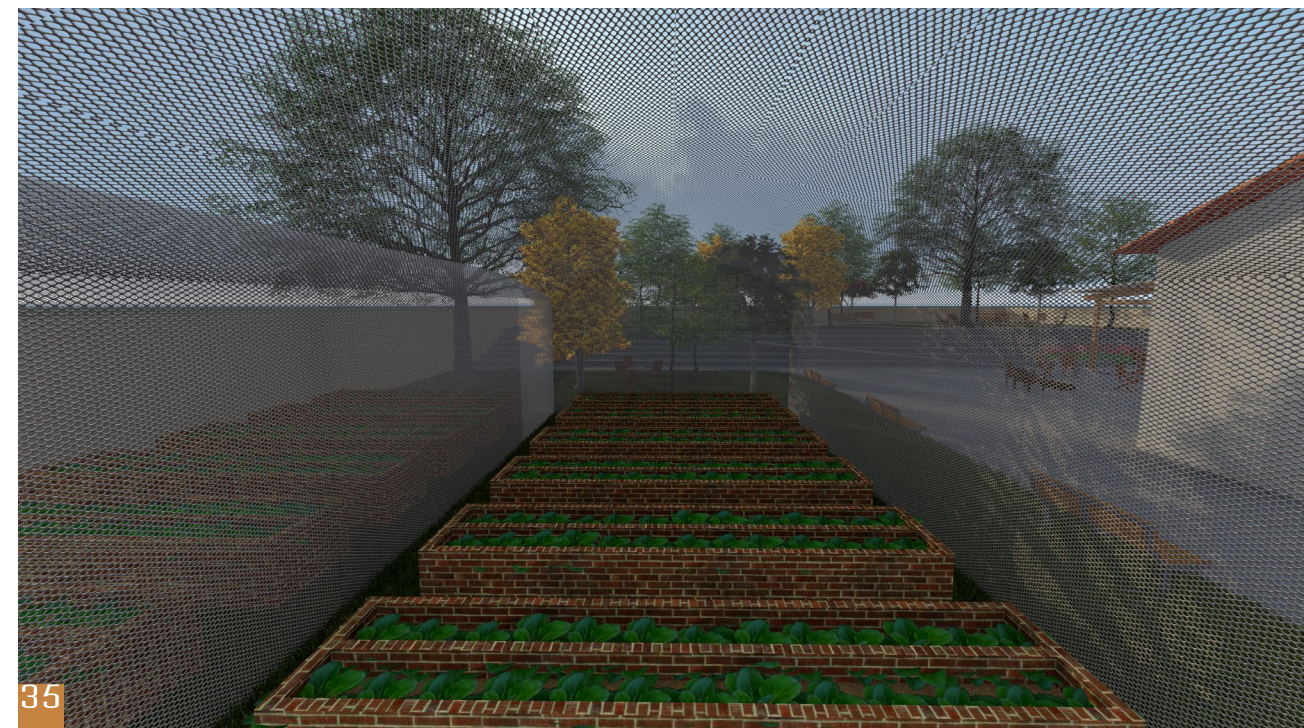


FIGURA 32 e 33 - Vista interna do mezanino. FONTE: Elaborado pela autora, 2017.

cionar maior integração com o ambiente de convívio.

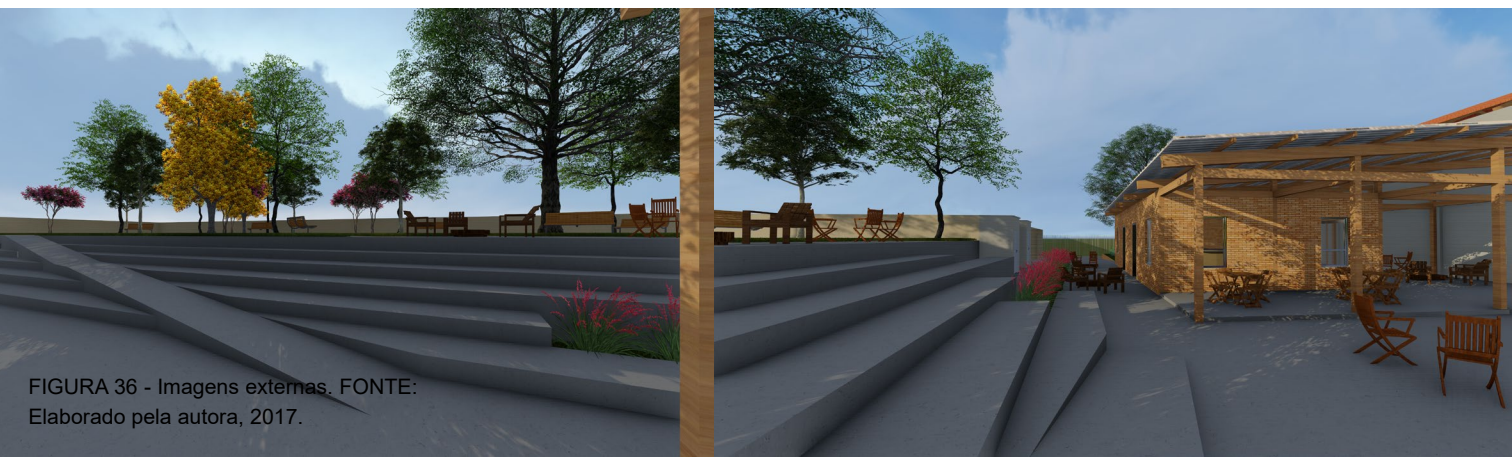
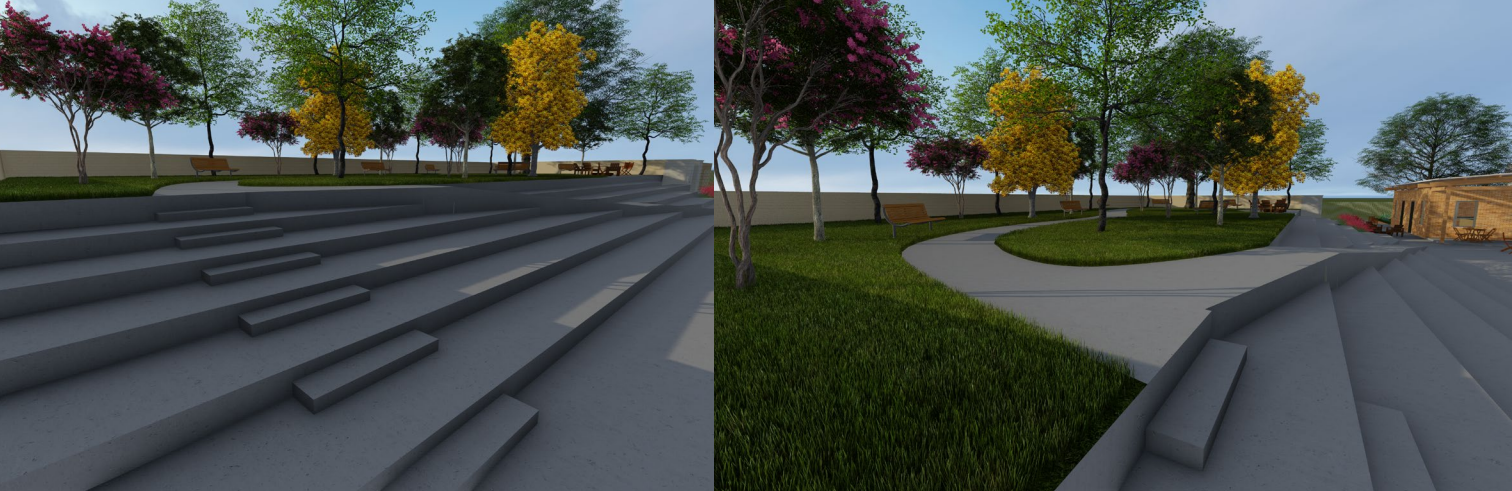
A nova distribuição foi pensada já com a ideia de permitir a criação de aberturas somente nas paredes que se voltam para o terreno, de forma a não desassociar a imagem e a relação do edifício com a cidade.

A parte externa possui uma área destinada ao plantio de hortaliças e prevista a instalação de uma composteira (Figura 34 e 35) próxima, para que ambas possam complementar as atividades desen-



volvidas, principalmente, na cozinha escola e oferecer oficinas voltadas para a temática. As mesas posicionadas próxima a estufa foram implantadas pensando na viabilidade de servirem como apoio para as oficinas externas ou para as possíveis trocas de produtos orgânicos entre a população.

### **paisagismo**



Das árvores presentes na composição paisagística (Figura 36), duas delas (Canela e Quaresmeira) são árvores endêmicas, cuja manutenção é mais simples pela adaptação ao local, ajudam no controle de agentes polinizadores de áreas agrícolas próximas e, abrigam, alimentam e garantem a diversidade da fauna.

A Canela (*Ocotea Spixiana*) é uma árvore de médio a grande porte, com variação de 7 a 16 metros de altura e possui fruto, o que a faz atrair pássaros, além de proporcionar sombra.

A Quaresmeira, Resedá e a Aleluia, foram selecionadas pela beleza cênica que possuem, além de poder ser cultivadas sob sol pleno.

### **materialidade**

As paredes originais estão rebocadas, e para distinguir as novas adições foi utilizado o tijolo de solo-cimento com sua textura aparente. A escolha se deu pela resistência do material e por possuir um isolamento termoacústico melhor que o tijolo comum, garantindo uma obra mais limpa e econômica. A telha atualmente utilizada na cobertura, é a de fibrocimento, e para um melhor desempenho térmico, esta será substituída pela telha cerâmica.

FIGURA 36 - Imagens externas. FONTE: Elaborado pela autora, 2017.

A arquibancada terá uma estrutura metálica e será revestida de placas de OSB, sendo este último selecionado para compor a materialidade por possuir boa resistência físico-mecânica, ser composto por madeiras de reflorestamento, possuir bom isolamento termoacústico, resistência ao fogo - apresentando resultados satisfatórios segundo às exigências estabelecidas pelo Comitê Brasileiro de Construção Civil da ABNT - e pela versatilidade. Assim, a utilização do OSB deu-se também em outras partes do projeto, como nos mobiliários distribuídos na área de circulação e no interior da cafeteria, aproximando a linguagem material entre os dois edifícios.

A cobertura da cafeteria (Figuras 37 e 38) foi pensada para ser de madeira e receber telha sanduíche, proporcionando um espaço mais agradável internamente ao edifício, termicamente falando.

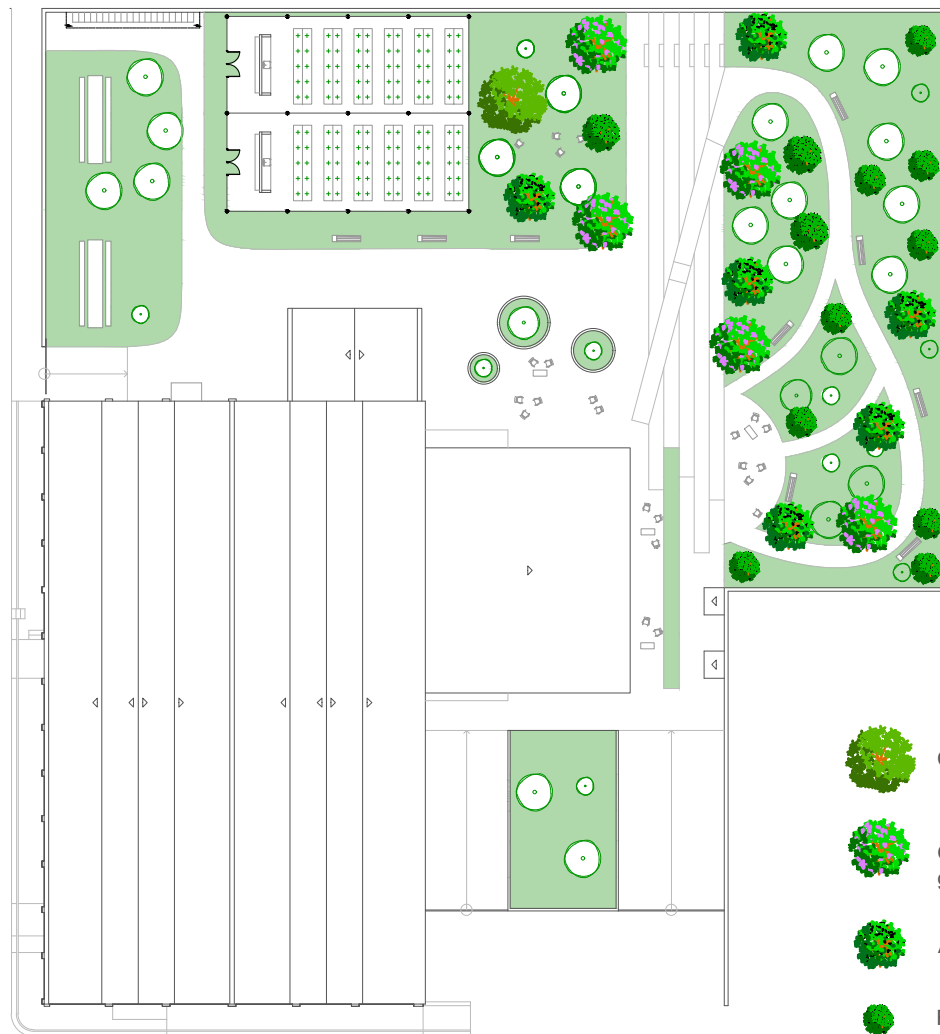






FIGURA 37 e 38 - Cobertura da cafeteria.  
FONTE: Elaborado pela autora, 2017.



ANEXOS

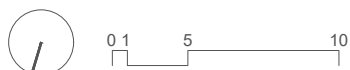
DESENHOS TÉCNICOS



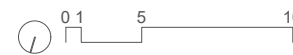
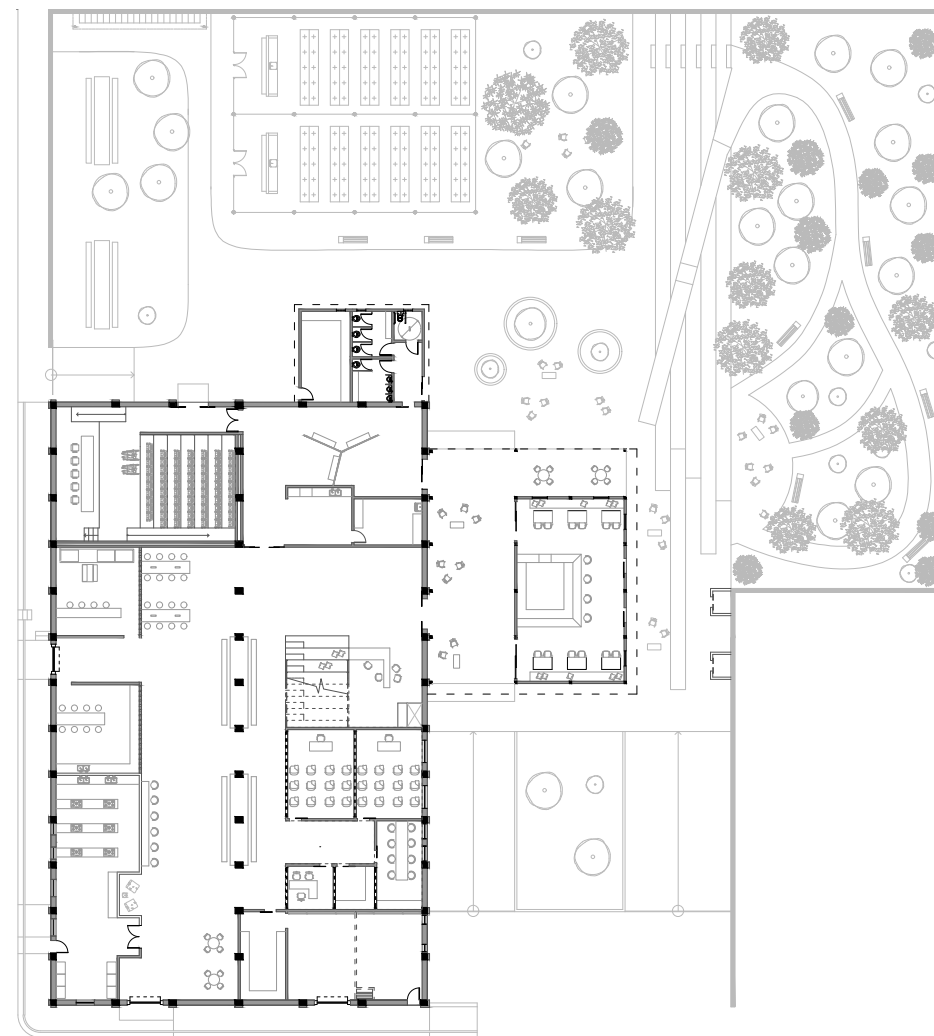
-  Canela (*Ocotea pretiosa*)
-  Quaresmeira (*Tibouchina granulosa*)
-  Aleluia (*Senna multijuga*)
-  Resedá (*Lagerstroemia indica*)

Gramma Amendoim (*Arachis Repens*)

Gramma Esmeralda (*Zoysia Japonica*)

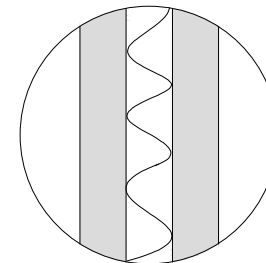


planta de paisagismo

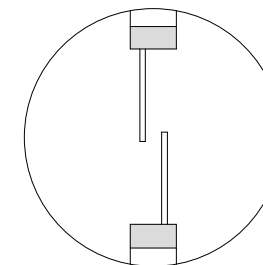


planta de layout

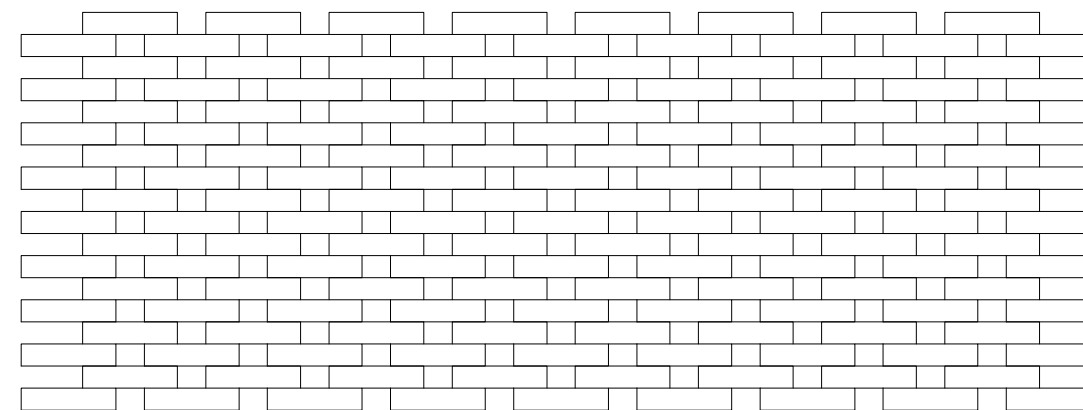
## detalhamentos



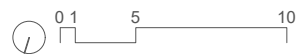
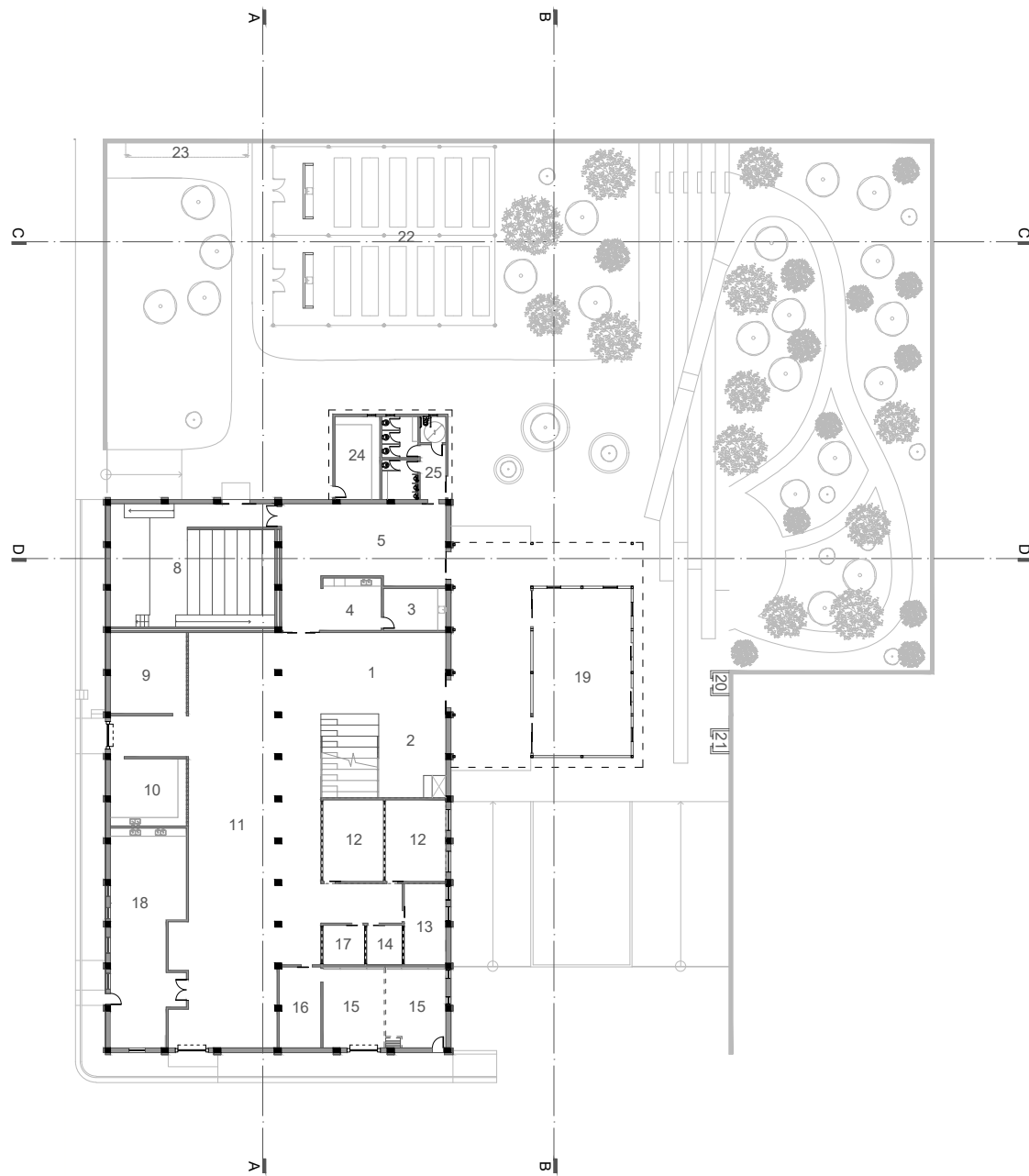
Parede dupla auditório  
s/ escala



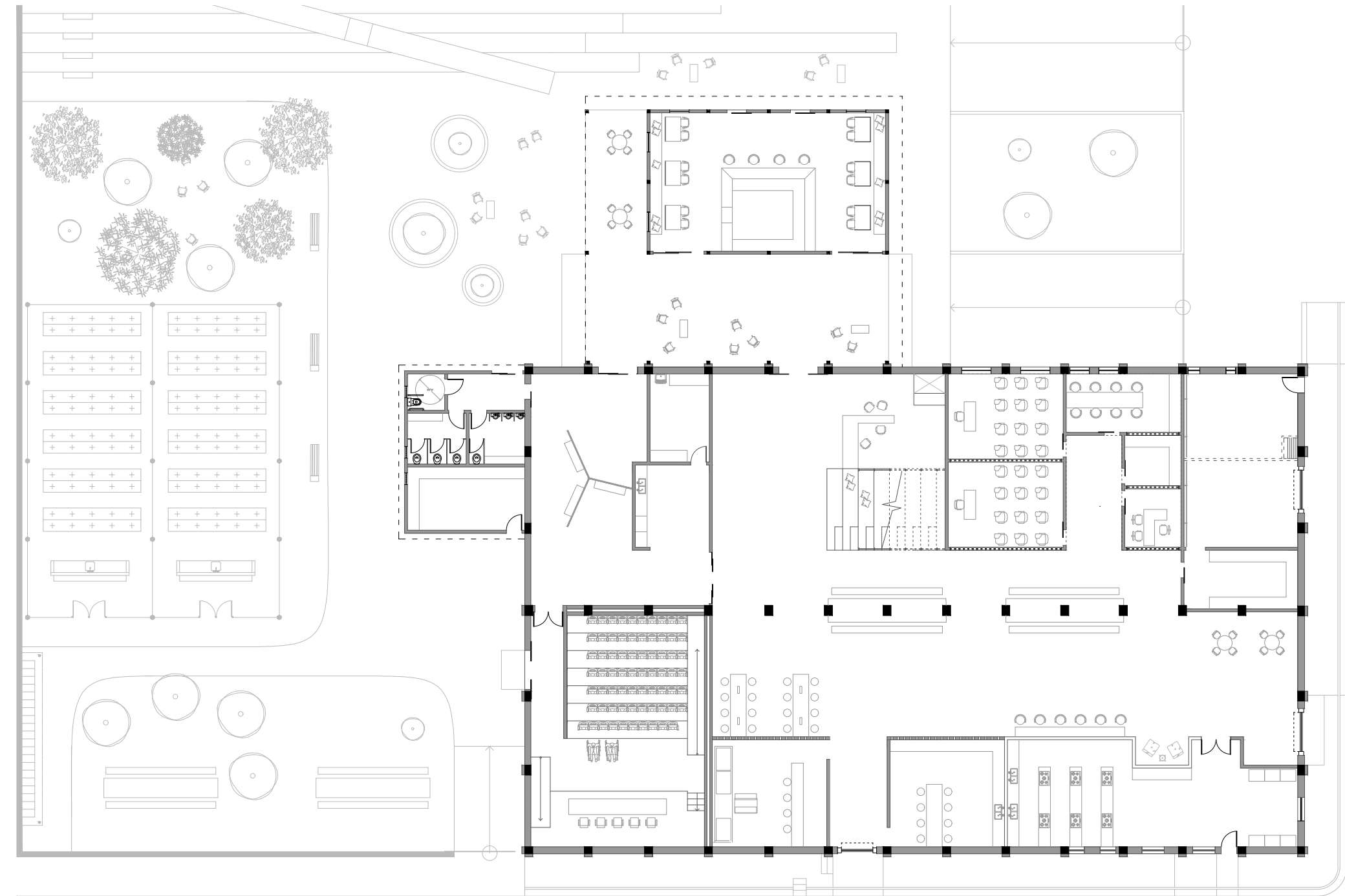
Ventilação lanterna  
s/ escala



Parede dos ambientes de oficinas  
s/ escala



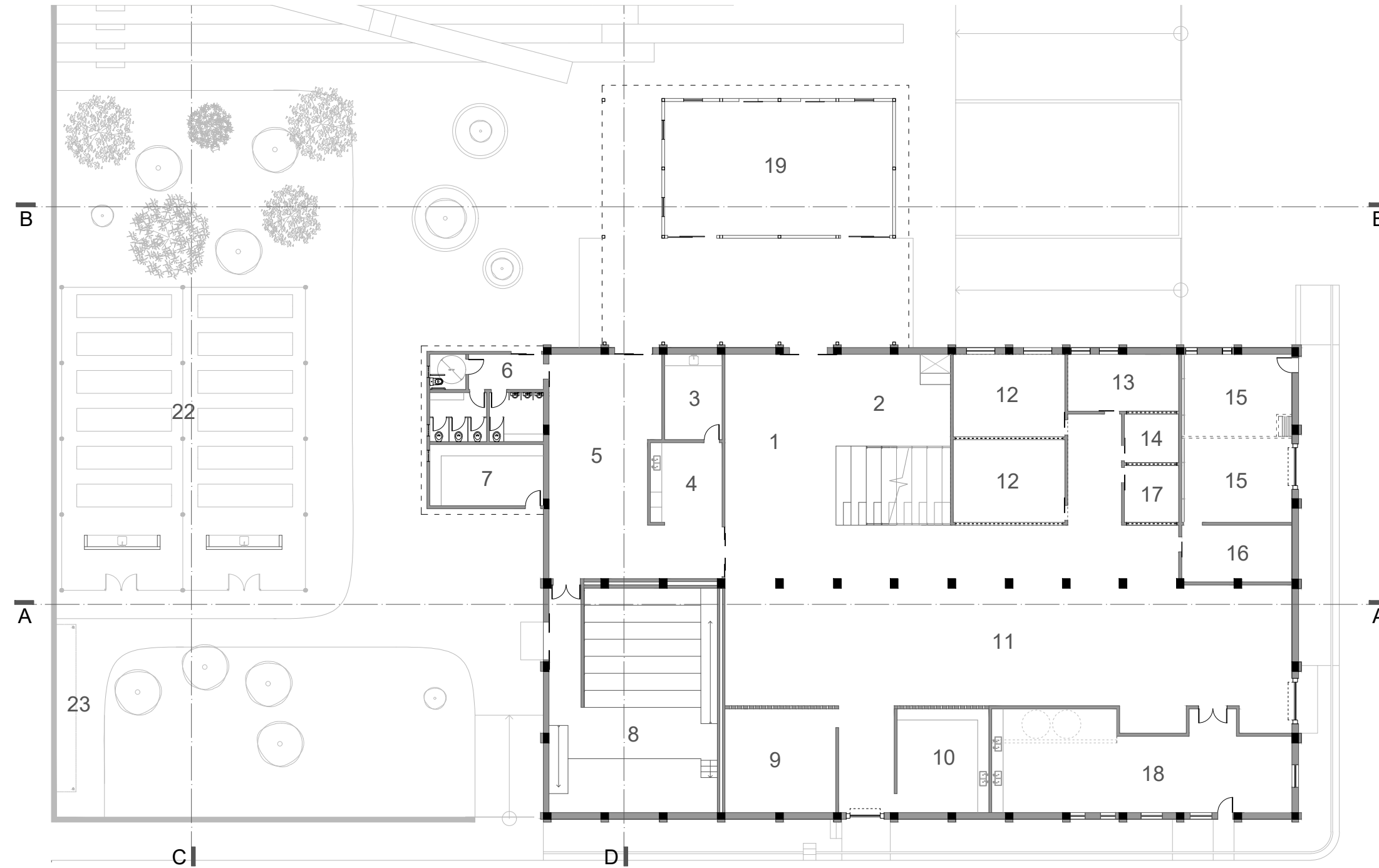
planta com indicações dos cortes



0 1 5 10

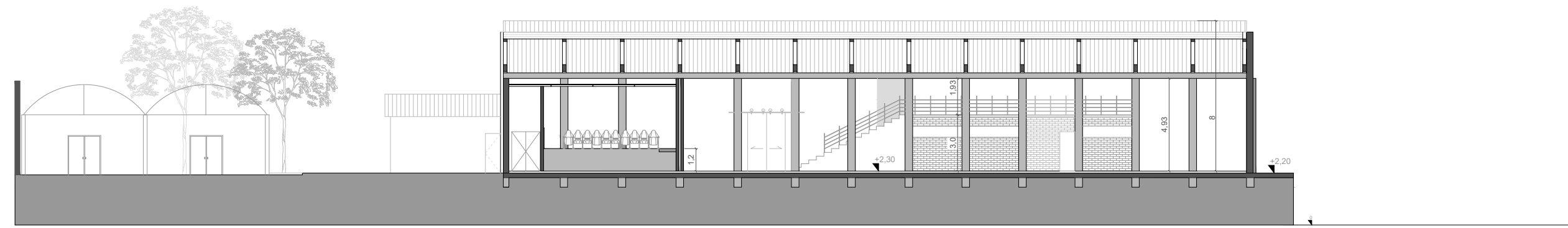
planta baixa humanizada

- [1] EXPOSIÇÃO
- [2] RECEPÇÃO
- [3] DML
- [4] COPA
- [5] EXPOSIÇÃO
- [6] SANITÁRIOS
- [7] DEPÓSITO EXTERNO
- [8] AUDITÓRIO
- [9] OFICINA SECA
- [10] OFICINA MOLHADA
- [11] ÁREA DE CONVÍVIO
- [12] SALAS DE AULA
- [13] SALA DE REUNIÕES
- [14] DEPÓSITO
- [15] SALA DE DANÇA
- [16] APOIO SALA DE DANÇA
- [17] ADMINISTRAÇÃO
- [18] COZINHA ESCOLA
- [19] CAFETERIA
- [20] CAIXA DE GÁS
- [21] CAIXA DE LIXO
- [22] HORTA
- [23] COMPOSTEIRA

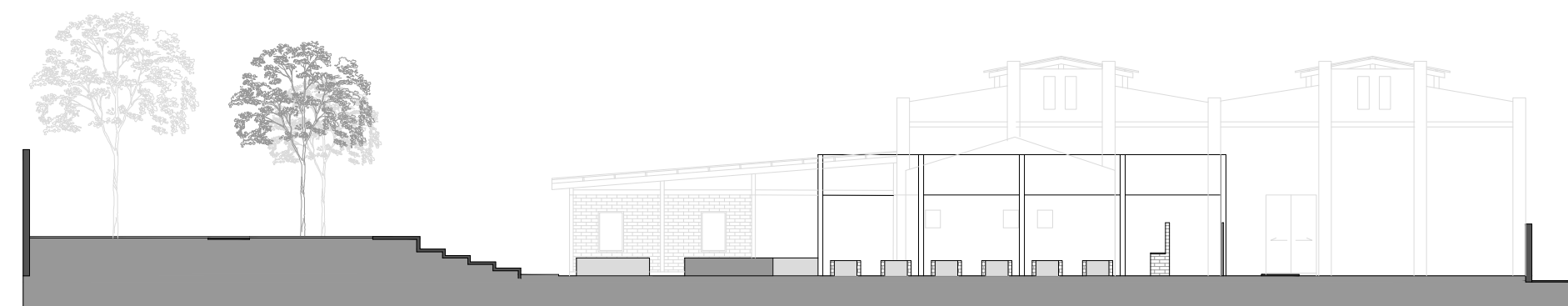


0 1 5 10

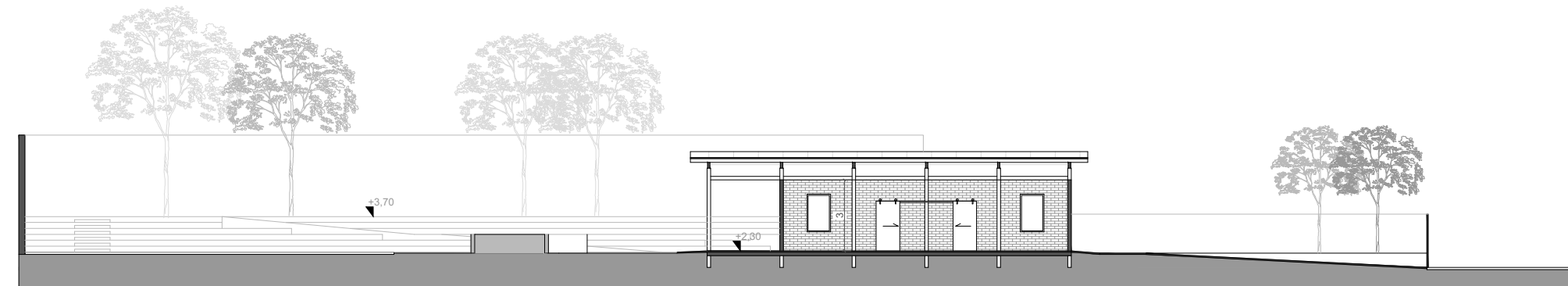
planta técnica



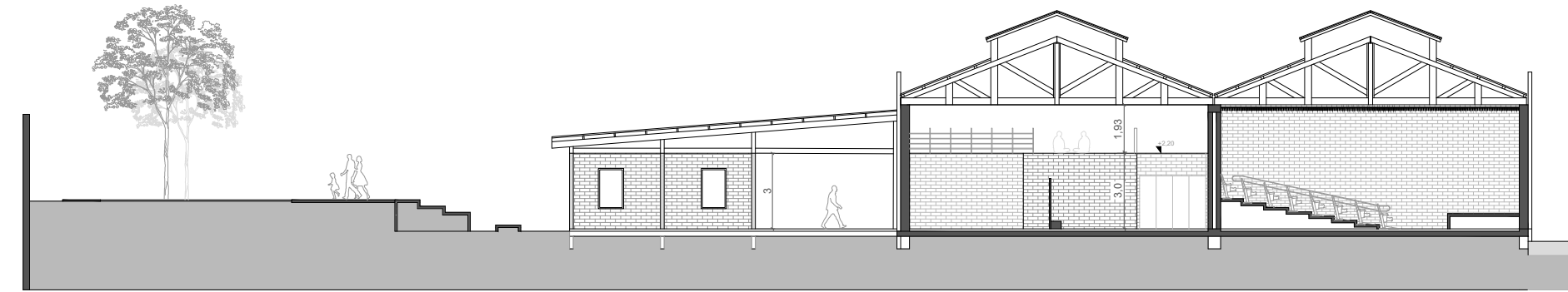
CORTE AA



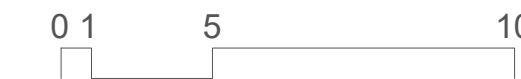
CORTE CC

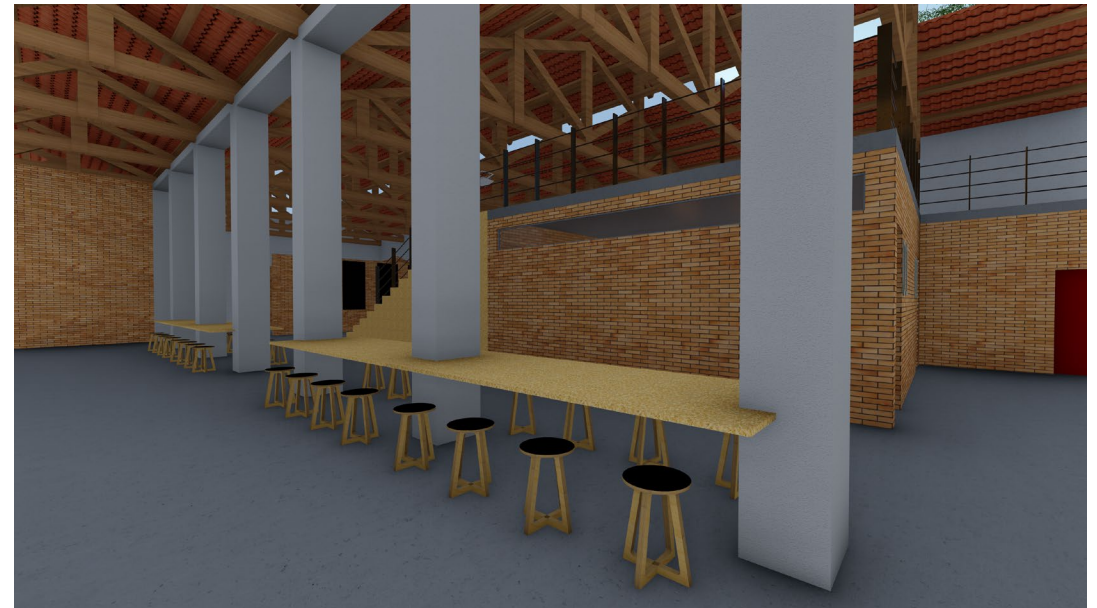


CORTE BB



CORTE DD







## referências bibliográficas

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. Subsídios teóricos do conceito cultural para entender o lazer e suas políticas públicas. Rev. Conexões, Campinas, v.2, n.1, p. 48 – 63, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637910/5601>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

CARTA de Veneza, ICOMOS, 1964. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/cartas.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

CONHEÇA um pouco da história da CASUL. Cooperativa Casul. Disponível em: <<http://www.casul.com.br/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

COSTA, Débora. Aspectos críticos em obras de restauração arquitetônica no estado: a experiência do arquiteto Edegar Bittencourt da Luz. 2005. 142 p. Mestrado (Curso de Mestrado Profissionalizante em Engenharia da Escola de Engenharia )- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<https://googl/6WXkB2>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

ESTAÇÕES Ferroviárias Do Brasil. Cia. Paulista de Estradas de Ferro e FEPASA. 2015. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/p/parapua.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

FERREIRA, Jurandyr P. Parapuã – SP. In: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Vol. 29, 1957. p. 237 – 239.

GIESBRECHT, R. M. Parapuã. Estações Ferroviárias do Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/p/parapua.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/parapua/historico>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

KUHL, Beatriz. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/algumas\\_questoes\\_relativas\\_ao\\_patrimonio.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/algumas_questoes_relativas_ao_patrimonio.pdf)>. Acesso em: 07 jul. 2017.

KUHL, Beatriz. Arquitetura de ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexão sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

MEMORIAL DE PARAPUÃ. Memorial dos municípios. Disponível em: <<http://www.memorialdosmunicipios.com.br/listaprod/memorial/para>>



pua-categoria2,238,M.html>. Acesso em: 17 jul. 2017.

MENDES, José A. Uma nova perspectiva sobre o patrimônio cultural: preservação e requalificação de instalações industriais. *Gestão e Desenvolvimento*, nº 9, 2000, p. 197-212. Disponível em: <<https://goo.gl/GEssC5>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

NEVES, R. R. Centro Cultural: a Cultura à promoção da Arquitetura. *Especialize*, Goiânia, v. 01, n. 005, jul. 2013. Disponível em: <<https://www.ipog.edu.br/revista-especialize-online/edicao-n5-2013/?setarParametros=true&pagingPage=10&>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

OLIVEIRA, Maria Carolina. Culturas, públicos, processos de aprendizado: possibilidades e lógicas plurais. *Políticas Culturais em Revista*, 2 (2), p. 122-136, 2009. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/4271/3348>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

PARAPUÃ. Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www.parapua.sp.gov.br/conheca-parapua/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

SANTOS, J. L. O que é cultura. São Paulo. Editora Brasiliense, 2006.

SCHICCHI, Maria. Preservação do patrimônio industrial no Brasil. CEATEC, PUC-Campinas, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/2JUUnQ>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

SILVA, Kalina; SILVA, Maciel. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito\\_CULTURA.pdf](http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito_CULTURA.pdf)>. Acesso em: 06 jul. 2017.

VICHNEWSKI, Henrique T. As indústrias Matarazzo no interior paulista: Arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960). Campinas, 2004. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281501/1/Vichnewski\\_HenriqueTelles\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281501/1/Vichnewski_HenriqueTelles_M.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2017.